EM PRIMEIRA MÃO

Direitos iguais – igualmente utilizados?

Mulheres na RDA

er 3105803649-4

Em primeira mão

Direitos iguais – igualmente utilizados?

Mulheres na RDA

PANORAMA DDR

Panorama RDA – Agência de Imprensa para o Estrangeiro SARL
Redacção «Em primeira mão»
Wilhelm-Pieck-Strasse 49, Berlin, DDR – 1054
Fecho da redacção: Julho de 1986
Tradução: Intertext
Editora Zeit im Bild
Julian-Grimau-Allee, Dresden, DDR – 8012
Printed in the German Democratic Republic
by Grafischer Grossbetrieb Völkerfreundschaft Dresden
Berlim 1986
6061-11

Índice

A mulher na vida profissional 5

Não têm medo da nova técnica 6
Integrada no «mundo dos homens» 13
Coragem para a gestão 17
Segurança na velhice 18

Igualdade de direitos concretizada 20

Quais são os objectivos actuais da luta travada pelas mulheres na RDA? 25
Política a favor das mulheres – um processo contínuo 27
Ela fala de si própria – Ute Dinter, economicamente activa, casada, dois filhos 31

Vida familiar – não é de menor importância 36

Como vão as relações matrimoniais? 37
Assistência social à mãe e à criança 41

Empenhamento social e político 44

Mulheres em organismos eleitos 44
A organização das mulheres da RDA 47
«Posso fazer algo de positivo ...» 49

Documentação 53

Diz-se que o nível cultural se caracteriza melhor pela posição jurídica da mulher. Esta afirmação expressa uma profunda verdade ...
Igualdade perante a Lei não significa ainda igualdade na vida. Não só perante a Lei mas também na vida a mulher trabalhadora tem que conquistar os mesmos direitos que os homens possuem.

Vladimir Ilitch Lénine

A mulher na vida profissional

A rua Greifswalder Strasse é uma das principais ruas comerciais de Berlim. Atravessa toda uma zona tradicional de bairros operários no centro da capital da RDA. Especialmente de manhã e à noite a hora de ponta faz-se sentir. Colunas de automóveis em ambas as faixas de rodagem, na faixa central – ladeada de árvores e arbustos – os eléctricos tocam a campainha. Rapazes e raparigas vão a caminho da escola, estudantes vão à lição, homens e mulheres vão às compras, a caminho do emprego ou de casa. Apesar da movimentação geral, o anúncio luminoso na fachada dum edifício recentemente reconstruído atrai o interesse dos peões. Este é o anúncio luminoso da empresa estatal «Treffmodelle» Berlim, uma empresa de confecções de renome. Sobretudos, saias, casacos e calças são aqui produzidos. Por isso são particularmente as mulheres que examinam de passagem os modelos expostos nas montras. A procura de vestidos modernos e práticos na RDA não difere da que se verifica em qualquer outra parte.

São as mulheres que dominam nesta empresa. São mais de 80% dos cerca de mil empregados da empresa, duma empresa tipicamente feminina, que é ao mesmo tempo representativa da situação geral na RDA. Cerca de 4,9 milhões de mulheres – a RDA tem 16,6 milhões de habitantes – exercem uma profissão, aprendem ou estudam. 91 em cada 100 mulheres na idade activa exercem uma profissão.

Assim como em muitas empresas da RDA, a ampla intensificação da produção transformou também na empresa estatal «Treffmodelle» Berlim as condições de trabalho. As mulheres devem adaptar-se às novas exigências impostas pela ciência e pela técnica, devem aprender e qualificar-se; nenhuma delas é afastada do processo laboral.

Como é que se prepara nesta empresa a introdução da nova técnica? Quais são as consequências da racionalização?

Como é que se resolvem aqui os problemas? Estas e outras perguntas devem encontrar resposta no próprio local.

Não têm medo da nova técnica

«Vocês verificaram certamente à primeira vista como o velho e o novo estão estreitamente ligados um ao outro», diz Elisabeth Kaiser cumprimentando-nos. Como vice-directora da empresa estatal «Treffmodelle» é responsável pelos assuntos económicos. «Porém, o novo edifício que em 1985 foi acrescentado às secções mais antigas é, por assim dizer, apenas a fachada. Toda a nossa empresa se encontra em fase de complexa racionalização, mantendo-se em pleno funcionamento. Uma secção de costura, uma parte da secção de corte, o departamento de projecção e expedição foram transferidos para outras salas de produção; passaram a ser utilizados robots de costura e computadores no escritório; parte do corte passou a ser feito automaticamente, bem como o pregar dos botões e a passagem a ferro. As costureiras trabalham com máquinas de costura «Stoppmatic» e a nossa instalação de transporte em suspensão substitui igualmente grande parte do trabalho fisicamente difícil.»

«No entanto, a racionalização não se limita somente às instalações modernas, tecnologias e processamentos», acrescenta Wolfgang Zinke. É o único participante masculino na nossa conversa e presidente da direcção sindical da empresa (BGL). São da sua competência sobretudo as questões relacionadas com as condições de trabalho e de vida. «Racionalização integral não significa para nós apenas produção mais eficaz, ela inclui simultaneamente o melhoramento das condições de trabalho e de vida em todos os departamentos da empresa e, sobretudo, a redução dos trabalhos físicos pesados para as mulheres. Finalmente inclui também um ambiente iluminado e agradável nos respectivos locais de trabalho.»

Mesmo um leigo pode verificar de imediato muitas das transformações. Porém, a introdução de nova técnica exige novas ideias e a prontidão para aperfeiçoar os conhecimentos. Como é que os colegas foram preparados para tal?

«Claro que estas transformações provocaram uma série de discussões», esclarece a senhora Kaiser. «Nos dois anos anteriores efectuámos reuniões com todos os empregados. Falámos sobre o sentido do projecto, as consequências que ele tem para cada um de nós, sobre as medidas necessárias de qualificação. Nestas conversas individuais participaram o director da empresa e representantes da direcção sindical. Quando digo «representantes» poderá parecer que falo de representantes masculinos. No entanto, muitas das vezes essas conversas foram feitas entre mulheres que naturalmente estão devidamente representadas na direcção sindical da empresa. Aliás, não há nenhuma decisão importante do director da empresa em que não participe o sindicato. E como é que se poderiam tomar decisões democráticas e concretizar o direito dos sindicatos à co-gestão se fosse de outra maneira?

Nós, desde sempre, esforçamo-nos por criar uma atmosfera de abertura e plena de confiança. Nós não queremos apenas informar os trabalhadores sobre as novas exigências, queremos despertar o seu interesse para os nossos planos, queremos ganhá-los para a colaboração.

Iremos terminar em 1987 a racionalização integral da empresa. Em consequência, a produtividade do trabalho e o volume de produção aumentarão 20% em relação a 1985. Este é um exigente objectivo. Por isso, foi necessário preparar 200 costureiras e tecnólogos para o trabalho com novas máquinas de costura. O emprego desta técnica altamente eficaz levantou a questão, se e onde os trabalhadores seriam «desnecessários». Mas, é inerente à racionalização sob as condições socialistas o facto de nenhum trabalhador se tornar num desempregado.

É isso que nós provámos também na prática. Por exemplo, necessitámos de mais quadros qualificados para a manutenção dos meios técnicos, bem como para outros trabalhos qualificados. Este pessoal é recrutado das nossas próprias fileiras.»

Fizeram referência à adaptação às novas máquinas de costura automáticas que foram introduzidas. Como é que se resolvem os problemas relacionados com essa mudança?

«Elaborámos e realizámos um programa especial de qualificação», esclareceu Christel Domnick, responsável pela secção de pessoal. «Por isso, efectuaram-se cursos na nossa es-

cola empresarial durante o horário de trabalho. Delegámos temporariamente vários colegas para outras empresas. Além disso, não recebemos todas as máquinas novas de uma só vez.

Por outro lado, recebemos primeiro máquinas para experimentar e para instruir as costureiras. No entanto, isso só foi possível realizar após o dia de trabalho mas as mulheres compreenderam porque se tratava do seu trabalho no futuro. Os trabalhadores não pagaram absolutamente nada pela qualificação, esta foi integralmente financiada pela empresa».

Quando se criam novas instalações surge a exigência de as explorar em regime de turnos. Como é que as colegas encararam esse facto?

«De início não ficaram muito entusiasmadas» responde Wolfgang Zinke. «Ficaram hesitantes porque o ritmo da vida familiar necessitava de ser alterado e poderia eventualmente ser prejudicado por isso, na medida em que a mudança podia provocar problemas de saúde ou objecções da parte dos cônjuges. A disposição para se colocarem ao lado do progresso técnico-científico também foi fomentada a longo prazo. Não menosprezámos as hesitações das colegas, discutimos com elas sobre as possíveis soluções, e por mais do que uma vez. Precisámos de argumentos associados aos interesses e experiências das pessoas. Que a nova técnica era necessária e desejável foi confirmado pelas próprias trabalhadoras. Claro, também foi necessário dizer que estas instalações representam muitos milhões. Tentámos esclarecer, e penso também que nos compreenderam, sobre quais podiam ser os efeitos ao explorar as máquinas a tempo inteiro. Desde o Outono de 1985 que mais de 220 colegas, entre eles muitas mães, trabalham em regime de dois ou três turnos.

O trabalho em regime de turnos traz uma série de vantagens sociais: operários que trabalham em regime de turnos têm direito a mais três dias de férias anualmente, trabalham por semana apenas 40 horas, recebem um prémio por cada turno, pagam uma quantia reduzida pela refeição na empresa e pelas viagens de férias.»

«Isto é o estímulo material», comenta Christel Domnick. «Mas, o clima na empresa desempenha aqui também um grande papel. Os colegas não se conhecem uns aos outros

apenas através do trabalho, muitos encontram-se nos círculos de ginástica e de pintura que existem na empresa. Os colectivos de trabalho vão em conjunto ao teatro, ao «bowling» ou fazem viagens nos fins-de-semana. Isto é um facto muito agradável e faz com que se conheçam melhor pessoalmente. Quem está há muito tempo e se sente satisfeito no seu colectivo de trabalho e que quer manter o seu posto de trabalho, está pronto a encontrar a forma de associar a vida familiar com o trabalho por turnos. Nós registámos com sucesso que nenhum colega mudou da empresa por ter medo desta transformação.»

Christel Domnick, uma mulher de meia idade conhece bem os empregados. Salienta que as conversas individuais levadas a cabo em devido tempo com as mulheres e os homens sobre transformações nos postos de trabalho não é uma excepção. É um princípio do seu trabalho e do trabalho do sindicato. Desta maneira se actua sobretudo em relação às questões da qualificação. Anualmente, formam-se na empresa 55 aprendizes. Já antes de concluirem a sua aprendizagem é-lhes perguntado quais são os seus planos de desenvolvimento profissional no futuro. «As notas nas disciplinas teóricas e os resultados obtidos pelas futuras operárias especializadas durante o trabalho prático reflectem já com nitidez a sua capacidade.»

Para as jovens mulheres a formação profissional é um facto natural, mas o que se passa em relação às mais velhas que frequentemente entraram para empresa sem formação?

«As mulheres mais velhas não são uma minoria na nossa empresa. Apesar disso, 88% dos empregados dispõem dum certificado de operário especializado e exercem uma profissão correspondente», diz a senhora Domnick. «Os pressupostos para alcançar essa qualificação são bons. Durante dois anos as colegas frequentam uma vez por semana a escola profissional da empresa. Para tal, foram dispensadas do trabalho continuando a auferir o seu salário por inteiro. A formação para mestres efectua-se da mesma forma. Muitas mulheres não desperdiçaram esta oportunidade – uma qualificação mais elevada reflecte-se também no envelope com o salário!»

A empresa também está interessada em ter empregados al-

tamente qualificados. Por isso, estimula-se o desejo de iniciar um estudo ou de participar num curso de qualificação para mestre.

«Anualmente, cerca de 7 ou 8 das nossas mestras participam num curso de qualificação. É uma taxa bastante alta. Mas, numa empresa onde prevalecem os empregados do sexo feminino isto é necessário porque se qualquer mulher que exerce uma tal função estiver grávida ou tenha de ficar em casa para cuidar dos seus filhos doentes, ela poderá ser substituída em qualquer momento», esclarece a senhora Domnick.

O elevado nível de qualificação reflecte-se na composição da direcção? Qual é a representatividade das mulheres?

«Determinante» — por esta palavra podemos deduzir a resposta da responsável pelos assuntos económicos. E pode fundamentar a sua opinião com números: de 39 mestres 36 são do sexo feminino, entre 35 chefes de secção encontram-se 24 mulheres, só três dos 17 membros da direcção sindical da empresa são homens e um dos oito directores de departamento é uma mulher.

«Quando nos ocupamos consequentemente com o progresso da nova geração talentosa, a oportunidade de serem alcançados êxitos é grande.

Apesar disso, um dos nossos problemas principais é ganhar ainda mais mulheres para funções dirigentes. Em especial no nível superior de direcção da empresa, podiam e deviam estar numericamente mais representadas. Este é também um dos objectivos do plano de promoção das mulheres que é parte integrante do acordo anual da empresa estabelecido entre o sindicato e o director da empresa. Neste plano estipulam-se especialmente para as mulheres, as medidas necessárias para a sua promoção e apoio e também as medidas e perspectivas para a sua reciclagem profissional.

Ao estarmos interessados em aumentar a quota-parte das mulheres nas funções dirigentes não queremos contudo suplantar os homens. Trata-se, isso sim, de apoiar as mulheres para que possam fazer uso prático do seu direito à igualdade e às mesmas possibilidades. As mulheres reflectem ponderadamente antes de assumir uma função dirigente porque receiam ser incapazes de coordenar os seus deveres familiares com uma maior responsabilidade profissional, deveres esses que são bem mais complexos do que os assumidos pelos cônjuges. Nós encorajamos as mulheres, recordamos-lhes os êxitos anteriormente obtidos. De vez em quando contactamos com os cônjuges porque muita coisa depende do entendimento e do apoio do homem.

Preocupamo-nos também com a organização do trabalho de forma a que a maior parte dos deveres possa ser cumprida durante o horário de trabalho normal. Isto é importante para qualquer dirigente e, em particular, para as mulheres. Mas, isto é possível de ser aprendido quando a empresa cria as condições necessárias para tal. Por outro lado, a dirigente deve saber que esta função impõe exigências mais elevadas à sua capacidade. Enfim, é um problema com muitas variantes que não pode ser superado de imediato.»

Independentemente de ser dirigente ou costureira, a profissão confronta cada uma das colegas com o problema de coordenar a sua função com a família. Qual o apoio que a empresa estatal «Treffmodelle» concede neste âmbito?

Antes de responder, Wolfgang Zinke reflecte um momento porque muita coisa que irá citar tornaram-se entretanto coisas naturais. «A nossa empresa mantém, por exemplo, várias creches e jardins infantis. Quase todas as mães têm um lugar para o seu filho nestes estabelecimentos e podem cumprir calmamente as suas tarefas profissionais. A atribuição destes lugares, bem como de viagens de férias é da responsabilidade do sindicato. Para os colegas e as suas famílias existem centros de férias. As crianças que frequentam a escola podem passar as suas férias de Verão e de Inverno em campos de férias. Sobre este aspecto é de mencionar os preços: 35 marcos é quanto paga um trabalhador que tem um horário e regime de trabalho normal. Quem trabalha por três turnos paga apenas 21 marcos. O lugar no campo de férias para crianças custa, em conformidade com o número dos membros da família, de cinco a dez marcos por quinze dias o que corresponde, no máximo, ao dinheiro ganho numa hora e meia de trabalho. A diferença entre esta quantia simbólica e os gastos reais que vão de 250 a 300 marcos é financiada pela empresa.»

«Oferecemos a cada empregado um almoço que é simulta-

neamente barato e saboroso», acrescenta a senhora Kaiser. «Na área da empresa existe uma pequena loja. Na medida em que temos assistência médica organizada na empresa não há necessidade de ir a outra instituição de saúde. Esta assistência inclui a atribuição de curas profilácticas das quais os principais beneficiados são as mulheres com muitos filhos e operários que trabalham em regime de turnos.»

«E não esquecemos o problema das casas», recorda Wolfgang Zinke. «O sindicato empenha-se particularmente neste sector, porque até estas perguntas surgiram nas conversas levadas a cabo antes de passarmos para o trabalho em regime de turnos. Assim, elaborámos uma lista com os nomes dos colegas que necessitam urgentemente dum apartamento maior. O director da empresa e a direcção sindical colaboram estreitamente neste domínio com os órgãos responsáveis do bairro a fim de facilitar a aquisição dos apartamentos. A organização juvenil intervém também para que sejam atribuídos apartamentos para os jovens colegas que os podem remodelar por sua iniciativa própria. Os colegas do sector das artes e ofícios da empresa, bem como os subsídios dados por ela facilitam esse trabalho.

Estes exemplos são uma demonstração dos esforços da empresa a fim de motivar e apoiar todos os funcionários a continuarem a trabalhar aqui. As mulheres têm filhos, aproveitam a oportunidade de ficar temporariamente em casa com o bébé, ficam em casa para cuidar dos filhos doentes, etc. Como é que isto é compatível com os objectivos da produção?

«Neste ponto já temos os nosso problemas», considera Elisabeth Kaiser. «Cerca de um quarto das nossas mulheres está na idade de desejar ter um filho. Quando nos é dada tal notícia, o que acontece 35 a 40 vezes por ano, é claro que também nos alegramos e, ao mesmo tempo, pensamos em como resolver os problemas.

Como já foi mencionado, esforçamo-nos por ter, em caso de necessidade, uma substituta para cada uma das mestras e dirigentes. Desta maneira evitamos dificuldades em posições-chave da produção causadas pelo aumento da família. Noutros postos de trabalho as operárias especializadas que dominam várias fases do trabalho substituem as suas colegas ou então são substituídas por aprendizes do último semestre da

formação profissional que nos apoiam durante o seu estágio prático. Em situações extremas efectuamos turnos extras que são também materialmente recompensados. É uma medida de emergência que evitamos tomar sempre que seja possível. Também a já citada racionalização é uma possibilidade para ultrapassar tais situações.

Uma outra consequência destas generosas medidas sociais do Estado é o facto das mulheres que podem cuidar do seu bébé durante um ano em casa voltarem para a empresa cheias de entusiasmo e de disposição para obterem altos rendimentos. Nesta empresa nove em cada dez colegas reocupam o seu antigo posto de trabalho após esse «intervalo». Se as mulheres não quiserem continuar a trabalhar em regime de turnos por causa dos seus filhos ou lhes seja impossível por razões de saúde, podem assumir uma outra tarefa dentro do horário de trabalho normal. Convém ser flexível ...»

Integrada no «mundo dos homens»

Durante muitos séculos a profissião e a actividade fora da família eram do domínio do homem. Nos últimos decénios operaram-se uma série de importantes transformações à escala internacional. As mulheres «invadiram o mundo dos homems», conquistaram-no e descobriram-no para elas próprias. A Década da Mulher efectuada sob a égide das Nações Unidas (1976–1985) reforçou ainda mais a igualdade de direitos dos membros femininos da sociedade no interesse público.

Com consequência, prosseguiu-se nos países socialistas o processo de libertação da mulher que se havia iniciado a partir do fim da segunda Guerra Mundial. No socialismo educação e profissionalização da mulher são consideradas como a base mais importante para a igualdade de direitos, estipulando a Constituação inequivocamente, o direito ao trabalho e educação e ao salário igual para rendimentos de trabalho iguais. Simultaneamente, a sociedade socialista criou amplas condições materiais e ideais que garantem às mulheres a defesa destes direitos.

Este processo também foi introduzido na RDA há mais de 40 anos (ver página 28). Graças à continuidade da política em favor das mulheres efectuada pelo governo e pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha, força política dirigente do

país, iniciou-se um novo modo de vida para as mulheres, onde elas puderam desenvolver as suas capacidades e talentos, obter passo a passo êxitos consideráveis e reconhecimento em todos os domínios da vida social e em todos os ramos da economia.

Hoje, a percentagem das mulheres na idade activa e que exercem uma profissão é de 91,3%. Dos 8,5 milhões de trabalhadores um em cada dois é do sexo feminino. Quase 82% das mulheres e raparigas activas dispõem duma formação profissional, ou seja, 48% de todos os operários especializados, 12,4% dos mestres, 61,8% dos finalistas das escolas técnicas médias e 38,2% dos finalistas das escolas superiores são mulheres. O facto da RDA ocupar um dos primeiros lugares à escala internacional no que concerne ao nível de educação da totalidade dos empregados (85%) deriva primordialmente do nível de educação das mulheres.

Após concluirem a escolaridade obrigatória de dez anos quase todas as jovens (mais de 99%) iniciam – se não continuarem a frequentar a escola – uma formação profissional que terminam, na maioria dos casos, com bons resultados.

Apenas em 30 das cerca de 300 profissões à escolha para a formação profissional as jovens não são admitidas por serem consideradas profissões fisicamente pesadas ou prejudiciais à saúde. Esta limitação torna-se necessária atendendo ao actual nível do desenvolvimento técnico. Em consequência do progresso técnico-científico, com a introdução de novas tecnologias a transformação e remodelação de postos de trabalho as oportunidades profissionais para as mulheres ampliam-se.

No entanto, conseguiu-se na RDA que, no escalão etário até aos 40 anos, já não existam quaisquer diferenças de educação e qualificação entre homens e mulheres. As mulheres estão em qualquer ramo e domínio da economia nacional. A sua quota-parte na indústria é aproximadamente de 42%. As mulheres predominam entre os operários especializados da produção química, do processamento de dados, da indústria têxtil, de aparelhagens e de vidro. Com êxito, as mulheres cumprem as exigências que lhes são impostas pelo progresso técnico-científico, qualificam-se para as mais recentes tecnologias-chave, trabalham com a microelectrónica, com técnica moderna de computação, na projecção e no comando da produção computorizadas.

Com 30% de mulheres em profissões técnicas a RDA já alcançou um alto nível. Mas, mesmo nos domínios técnicos e nos respectivos cursos universitários a quota-parte das jovens deve aumentar. Na escolha de profissão e com base na sua "exemplar" aptidão, nas suas capacidades educacionais e de assistência continuam a manter-se as tradições que orientam as mulheres para domínios como a indústria têxtil e de bens alimentares, o comércio, o sistema de saúde, o ensino ou as prestações de serviços. É por isso que já na escola, durante a orientação profissional e através dos meios de comunicação se fazem esforços contínuos para interessar mais raparigas pelas profissões técnicas, pela técnica em si e para orientar a educação familiar para estes objectivos.

Às crescentes necessidades de educação das mulheres, às exigências da estratégia económica e do progresso técnico-científico corresponde um sistema flexível de reciclagem de adultos que possibilita uma qualificação sem interromper o exercício da profissão. Assim é possível que mesmo as mulheres mais velhas que não tiveram oportunidade de fazer uma formação profissional, bem como aquelas que desejam fazer uma especialização profissional possam tornar-se operárias especializadas. Muitas empresas criam cursos especiais para mulheres a fim de lhes garantir um período de formação contínuo e de facilitar um estudo às mães activas. Operárias especializadas que já deram provas da sua capacidade podem frequentar um curso para mestres. Com a respectiva aptidão é possível fazerem um curso numa escola técnica média, superior ou na universidade. (A aptidão pré-universitária como pressuposto indispensável para frequentar um curso universitário ou duma escola superior, pode ser adquirida em cursos nocturnos levados a cabo em escolas nocturnas ou num curso com a duração de um ano numa escola superior na respectiva instituição de formação.) Para fins de qualificação a empresa deve conceder a respectiva liçenca paga que vai até 48 dias por ano. (Esta liçenca paga refere-se a um curso por correspondência numa escola superior.)

A contínua reciclagem profissional, a preparação para as modernas tecnologias e processos de trabalho, a transmissão de novos conhecimentos científicos, técnicos e económicos é da responsabilidade das empresas que financiam os cursos, conferências e seminários.

O facto da empresa informar o trabalhador antes do início da qualificação sobre o futuro posto de trabalho e sobre o previsível aumento salarial tem efeitos estimulantes. Apenas em 1985, 1,7 milhões de trabalhadores da RDA, entre eles 40% de mulheres, participaram numa qualificação.

Transformações bem visíveis operaram-se também na vida das mulheres no campo. Após nos anos 50 e 60 os camponeses individuais se terem unido formando cooperativas de produção agrícola (LPG) com o objectivo de criarem os animais e cultivarem os campos em conjunto este novo modo de produção modificou também a vida e o trabalho das mulheres no campo. Elas puderam também adquirir conhecimentos e uma educação mais elevada, puderam tornar-se operárias especializadas, qualificar-se ou assumir funções dirigentes. Das 331.000 camponesas das cooperativas, trabalhadoras ou empregadas de empresas agrícolas socialistas 89% dispõem duma formação profissional. Um em cada três dos finalistas duma escola superior ou técnica média que trabalha no sector agrícola é do sexo feminino. Estes resultados são únicos e sem paralelo na história alemã.

Hoje, as mulheres da agricultura dominam tão bem como os homens as ceifeiras-debulhadoras, tractores, instalações de ordenha e de irrigação. São aplicados cada vez mais métodos industriais na produção vegetal e animal, utilizam-se máquinas e instalações modernas que facilitam ou eliminam o trabalho fisicamente pesado no campo e nos estábulos.

A camponesa tem o seu horário de trabalho estipulado, direito a cerca de quatro semanas de férias pagas e ao mesmo salário que o camponês. Além disso, múltiplas regalias sociais facilitam o seu quotidiano que são aplicadas em benefício de todas as mulheres. Isto refere-se tanto à liçenca de gravidez e de parto paga como à assistência às crianças nos jardins infantis e creches e à dispensa mensal paga para trabalhos caseiros (ver pag. 40).

O profissionalismo da mulher tornou-se na RDA num facto natural, particularmente no que diz respeito à juventude. Assim, num inquérito social levado a cabo, apenas 0,6 % das raparigas declararam ficar em casa após o casamente e só 3,3% dos rapazes se pronunciaram a favor de que a mulher não deveria exercer uma profissão.

Porque é que as mulheres querem trabalhar? O profissiona-

Trabalhadores berlinenses manifestam se pela paz e o desarmamento, por ocasião do 1º de Maio

À esquerda, em cima: *felicitações pela condecoração por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Erich Honecker, secretário-geral do Comitê Central do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA, e a veterana do trabalho Susi Pflug de Greifswald. 2º a contar da esquerda: Horst Sindermann, presidente da Câmara do Povo da RDA.*

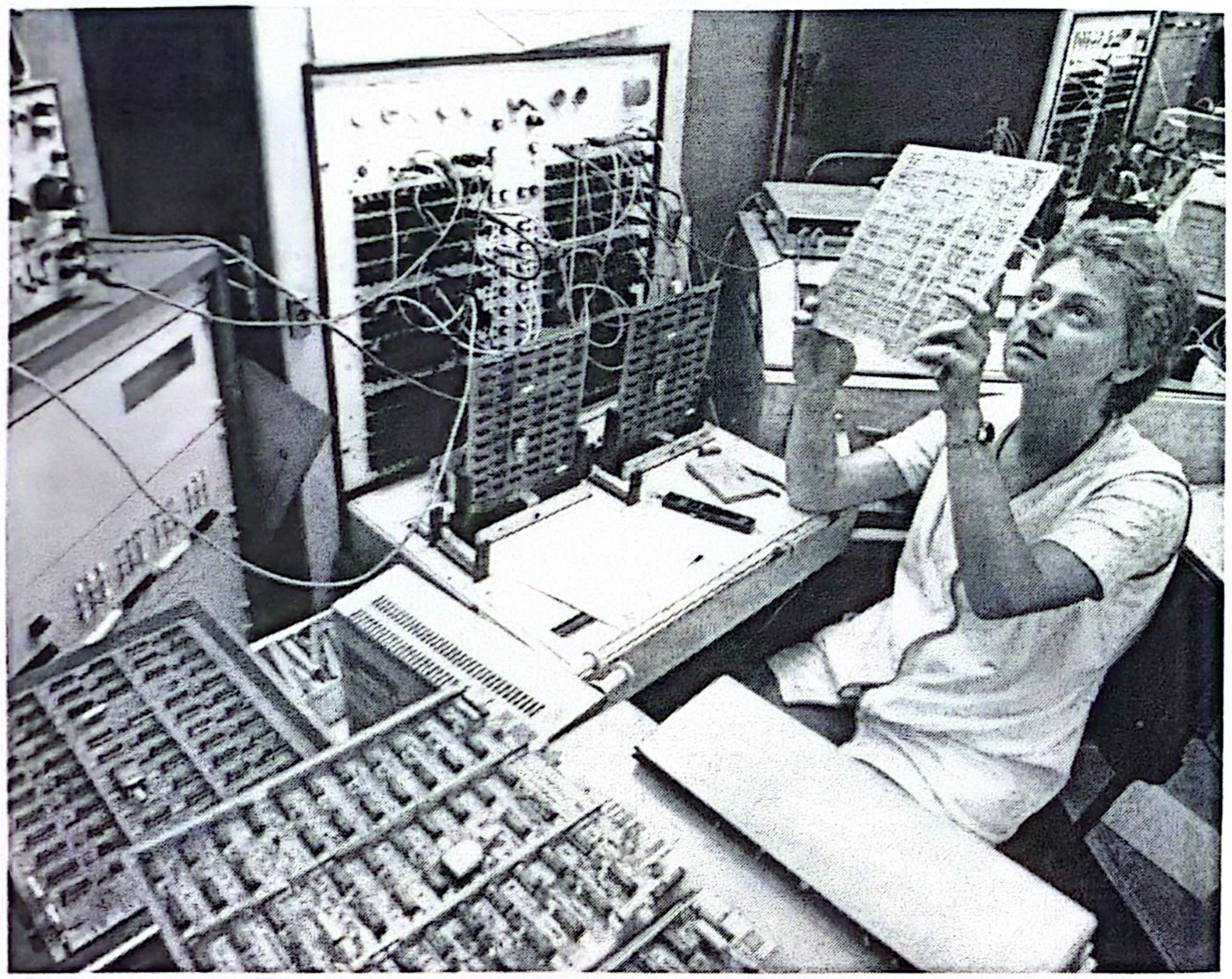
À esquerda, em baixo: *conversação no posto de trabalho: Johanna Töpfer (à direita), vice-presidente da Direcção Nacional da FDGB, na fábrica de medicamentos em Dresden.*

Em cima: *Margot Honecker, há muitos anos ministro da Educação Nacional, visita a sua circunscrição eleitoral em Halle-Neustadt onde apresenta a sua candidatura às eleições para a Câmara do Povo.*

Três dos muitos que têm responsabilidades:
Ilona Scholz, vereadora e vice-burgomestre de Bad Dürrenberg, responsável pelo pelouro do recreio, agricultura e protecção ao meio ambiente (veja também o texto).
Prazer nos tempos livres com o filho (à esquerda).
Discussão com o mestre jardineiro da cidade (em baixo).

Em cima: *drª Marlis Allendorf, redactora-chefe da mais lida revista para mulheres «Für Dich» e membro da Direcção Nacional da DFD*
À direita: *profª drª sc. med. Cornelia Norden, vice-directora do Instituto e chefe da secção de angiologia do Instituto Central para a investigação do coração e da circulação adstrito à Academia das Ciências da RDA.*

Apresentada: VEB «Treffmodelle» Berlin (veja também o texto).
À direita: *Elisabeth Kaiser, vice-directora da empresa, empenha-se pela racionalização na empresa. (Ao fundo o novo edifício da empresa).*
Em baixo: *as novas máquinas tornaram mais fácil e eficaz o trabalho – Wolfgang Zinke, presidente do comité sindical da empresa, informa-se sobre problemas que ainda existem.*
À direita: *ela conseguiu as duas coisas: profissão e família. Ute Dinter, antes foi costureira, hoje trabalha como engenheira na preparação da produção (veja também o texto).*



De todas as mulheres que exercem uma profissão 59% concluíram uma formação profissional.
***Em cima:** a brigada da cooperativa de pecuária (LPG Tierproduktion Rügen) no distrito de Rostock.*

***Em baixo:** mecânica de ensaios na VEB Numerik Karl-Marx-Stadt.*

lismo incluindo a educação e formação, tornaram-se numa coisa normal para as mulheres da RDA, numa necessidade, que são reconhecidos e aceites como concepção da vida da mulher, conscientemente integrados na planificação global da sua vida. Entretanto, a independência económica, a autonomia e a consciência de si própria são valores básicos da personalidade feminina. O profissionalismo é considerado parte da igualdade de direitos e do desenvolvimento da personalidade. Ao mesmo tempo, ele constitui para a sociedade um factor nítido para o futuro desenvolvimento político, económico, social e intelectual-cultural.

As mulheres orgulham-se pela influência que têm nas conquistas obtidas pela RDA nos domínios político, económico e social e não querem dispensar a atenção e a estima que a sociedade lhes concede. Para muitas mulheres é de particular importância encontrar no seu colectivo de trabalho um meio comunicativo e de reconhecimento. Outras entendem a generosa promoção estatal como compromisso moral e um estímulo para aplicarem os seus conhecimentos e capacidades em favor do progresso social. Por outro lado, as mulheres contribuem para aumentar o nível de vida familiar.

Coragem para a gestão

Tal como na empresa estatal «Treffmodelle» em Berlim, existe em qualquer domínio social o objectivo de confiar às mulheres com elevado nível de qualificação uma maior responsabilidade segundo a sua percentagem entre os trabalhadores. A situação actual não satisfaz a sociedade e, por esse motivo, é levada a cabo publicamente uma discussão viva relacionada com esta questão.

Durante anos os principais argumentos negativos eram a falta de qualificação das mulheres, falta de consciência em si próprias, cepticismo e dúvidas apresentadas pelos homens em relação à capacidade das mulheres. Hoje, as dúvidas das mulheres incidem mais sobre o tempo disponível para a família, tempo esse que se vai reduzindo. Somente através de cada vez mais e melhores condições materiais oferecidas pela sociedade como, p. ex., mais prestações de serviços específicos, horas de serviço mais favoráveis das lojas, o pro-

blema não pode ser resolvido. Há que ter também em consideração a face subjectiva do problema, ou seja, a atitude da mulher, dos seus cônjuges e dos seus dirigentes responsáveis.

Porém, todas estas discussões passam para segundo plano porque, as capacidades dirigentes das mulheres são, desde há muito tempo, aproveitadas. Tem sido a prática que tem demonstrado que as mulheres dispõem de suficiente capacidade para se imporem e obterem rendimentos. Na economia socialista de todos os dirigentes cerca de um terço são do sexo feminino, e uma em cada cinco na indústria e na agricultura. Nos transportes, correios e telecomunicações, bem como nas administrações estatais uma em cada quatro funções de dirigente é assumida por uma mulher. No comércio 58% dos dirigentes são mulheres, nos sectores da ciência, cultura, ensino e saúde são 57%.

Os consequentes esforços sociais dos anos anteriores possibilitaram que um número mais elevado de mulheres tivesse adquirido um grau académico superior tanto nas universidades como nas escolas superiores. Em 1984, cerca de 33% dos doutoramentos «A» foram defendidos com êxito por mulheres (em comparação com os 21% em 1975) e mais de 10% dos doutoramentos «B» (em comparação com os 5,6% em 1975). Actualmente, mais de 8,5% dos professores e docentes nas universidades e escolas superiores são do sexo feminino.

Continuaram também a verificar-se progressos visíveis na indústria têxtil, de confecções e curtumes, sectores onde predominam as mulheres. Os jovens quadros vão sendo ganhos e promovidos individualmente, a longo prazo, para todas as funções de gestão destes ramos industriais. Assim, foi possível aumentar neste domínio a quota-parte das mestras de 33% em 1976 para quase 44% em 1984. O número de chefes de secção e de departamento nos complexos industriais e empresas triplicou.

Segurança na velhice

Dezassete por cento da população da RDA está na idade de reforma. As mulheres são reformadas na idade de 60 anos e os homens com 65 anos de idade. Pelas consequências das

duas guerras mundiais, bem como pela sua maior expectativa de vida (75 anos de idade em relação aos 70 anos de idade dos homens), as mulheres são em maior número entre os reformados.

A própria actividade profissional das mulheres garante-lhes a segurança material na velhice. O volume da reforma por velhice, tanto para os homens como as mulheres, baseia-se no salário e nos anos de actividade montando, em 1985, a cerca de 470 marcos mensais (incluindo a reforma adicional). A reforma mínima é de 300 marcos. Por um lugar num lar de terceira idade paga-se 105 marcos mensais e 120 marcos mensais num lar de assistência. As mulheres que não tiveram vida profissional também recebem uma pensão, ou seja, um subsídio de reforma. O facto de uma mulher ter tido três ou mais filhos também incide sobre o volume da reforma. Os reformados não pagam impostos e podem usufruir gratuitamente de quaisquer prestações da Previdência Social, tal como assistência médica, medicamentos, etc.

Muitas mulheres de idade avançada ainda se mantêm activas e têm um interesse especial em comunicar. Algumas continuam a trabalhar na sua profissão mesmo após terem entrado na idade de reforma sendo o horário de trabalho diário estipulado com a empresa com base num acordo mútuo; outras assumem funções sociais a título honorífico no bairro residencial onde vivem.

Os cidadãos mais velhos são assistidos pelos seus familiares mas também pelos órgãos estatais, pelas suas antigas empresas e por organizações sociais. Em especial é a «Solidariedade Popular» que se dedica à assistência às pessoas idosas. Muitas reformadas encontram-se nos clubes da «Solidariedade Popular» para almoçar a preços reduzidos e poderem conversar um pouco. Participam nas actividades culturais, assistem aos espectáculos de dança, colaboram em círculos de lavores ou de pintura ou cantam em grupos corais. Além disso, a pedido desta organização tratam de pessoas idosas doentes e débeis, fazem trabalhos de costura para hospitais ou creches. Na sua qualidade de avós ajudam ainda os jovens casais cuidando atenciosamente dos seus netos.

Igualdade de direitos concretizada

Há cerca de quatro décadas que as mulheres na RDA gozam dos mesmos direitos que os homens. Este período é um espaço de tempo historicamente muito pequeno. O que é que se conseguiu alcançar? A esta e a outras perguntas responde a Profª. Drª. Herta Kuhrig, presidenta do Conselho Científico «A Mulher na Sociedade Socialista» junto à Academia das Ciências da RDA.

O caminho entretanto percorrido por si foi em parte determinado pela sua actividade como cientista. Quais as principais transformações que se verificaram na vida das mulheres e quais foram as dificuldades a superar neste processo?

Essa é uma pergunta muita ampla. Eu penso que todos os factos e números, todos os excertos das Leis, todos os factos sobre a vida, as experiências e aspirações das mulheres do nosso país reunidos neste livrinho, reflectem muito claramente as principais transformações que se efectuaram em favor das mulheres. São cidadãs com plena igualdade de direitos, que vivem conscientemente a sua vida, que participam com sentido de responsabilidade e de maneira multifacetada no cumprimento das tarefas sociais. Os rendimentos por elas alcançados são reconhecidos e enaltecidos. E não apenas verbalmente, mas também através da prática política do Estado. Têm as mesmas oportunidades de desenvolvimento como os homens e sabem aproveitá-las.

Talvez seja de interesse para o leitor/leitora citar aqui a opinião duma estrangeira sobre esta questão. Joan Ecklein, socióloga dos EUA que nos finais dos anos 70 investigou as transformações havidas em relação ao papel da mulher na RDA resumiu as suas impressões e resultados de investigação na seguinte apreciação: «Constatei que o papel das mulheres se transformou totalmente em todas as esferas da vida durante o período de transição socialista. Elas alcançaram a liberdade em três domínios importantíssimos da vida:

- Têm direito ao trabalho e a qualquer oportunidade de desenvolvimento e qualificação.
- Têm o direito de decidir sobre o número e a data de nascimento dos seus filhos.
- Têm o direito de se casar, de se divorciar do seu cônjuge ou de ficar sozinhas com ou sem os seus filhos sem que por isso se altere o seu estatuto social. Estas mulheres já não são dependentes do homen, tanto no que diz respeito ao seu estatuto social como em relação ao apoio económico. A assistência concedida às crianças pela sociedade é uma das mais amplas do mundo.»[1]

Há ainda que acrescentar que, naturalmente, têm direito a participar activamente na vida política e que fazem uso desse direito. A avaliação feita foca o cerne das questões, sublinha com plena razão a libertação da mulher das «correntes» do passado, destaca os direitos ganhos como personalidade, a sua independência em relação ao homem.

Desejo acrescentar mais um facto. São conhecidas as dúvidas muitas vezes levantadas em tempos idos, sobre se as alterações verificadas no papel tradicionalmente assumido pela mulher, alterações essas derivadas da igualdade de direitos e ao profissionalismo, não poderiam ter como consequência o menosprezo pelo cônjuge, pela maternidade e casamento, bem como pela família. A nossa realidade demonstrou que estas dúvidas não tinham razão de ser.

Você perguntou quais as dificuldades a superar. Tendo em consideração apenas as quatro décadas de opção contra as tradições acumuladas durante séculos, ou melhor dizendo, durante milénios, não tenho a certeza se este termo se refere ao essencial, se não admite a ilusão de que tudo se processou sem dificuldades e que as dificuldades eram apenas de carácter subjectivo. Mas, se analisarmos com objectividade qualquer processo histórico, verificamos que qualquer progresso social só se concretiza passando primeiro por um processo

[1] Joan Ecklein, Changing Role of Men in the German Democratic Republic, Paper presented at the American Association for the Advancement of Slavic Studies, Conference, October 22, 1983, Kansas City, pág. 1.

de desenvolvimento complexo que se caracteriza pelas suas contradições e conflitos. E, como é evidente, este processo refere-se também às transformações ocorridas no estatuto social da mulher. Assim confirmou-se que a concessão de direitos iguais constitui apenas o início deste processo. Devem ser criadas as condições tanto materiais como ideológicas, que permitam à mulher fazer uso dos seus direitos. Porém, tanto hoje como há 40 anos atrás, essas condições dependem das possibilidades criadas por toda a sociedade e, em particular, das capacidades económicas. Encontrar num dado momento a decisão correcta, analisar objectivamente as transformações ideológicas operadas na consciência dos homens e das mulheres para não precipitar nem entravar o processo penso que soubemos solucionar, na generalidade, esta exigente tarefa no nosso país.

Estamos a falar sobre as experiências obtidas na RDA sob as nossas condições, e uma delas é também: o prosseguimento concreto do processo de libertação da mulher que não é apenas determinado pelo sistema social é-o também pelas tradições, pelo desenvolvimento histórico, pelos costumes e normas, pelas particularidades nacionais de cada país.

E, os homens, aceitaram completamente este desenvolvimento?

Em primeiro lugar, há que não esquecer que tudo o que na nossa República foi alcançado em relação à igualdade de direitos da mulher é uma obra comum de mulheres e homens. Ao fazermos a análise da situação nós como mulheres — e neste contexto não sou uma excepção — temos a tendência de formular um juízo global: os homens têm as suas dificuldades com as mulheres emancipadas e não correspondem de forma suficiente às novas esperanças e exigências por elas impostas. Esta análise relaciona-se certamente com a impaciência revolucionária, e com as grandes aspirações das mulheres que querem aproveitar integralmente as suas novas possibilidades. No entanto, uma alteração tão profunda da posição social da mulher não é possível sem a correspondente alteração por parte dos homens. Este processo está a caminhar e é visível em qualquer domínio da vida.

Todas as experiências e também os resultados de pesquisas científicas comprovam que este processo está, em geral, mais avançado no «domínio social público» do que no «domínio privado», na família. Na vida profissional, na política, na educação e qualificação a atitude e o comportamento do homem em relação à mulher correspondem já muito às exigências impostas pela sociedade socialista.

É evidente que é mais difícil para os homens fazer face às novas exigências à vida apresentadas pela mulher no seio da família e de um relacionamento com o cônjuge com base na igualdade de direitos. E aqui não se deve menosprezar a situação de conflito em que o homem se encontra ao assumir o seu papel alterado face à posição da sua mulher, situação essa que constitui um problema social e psicologicamente difícil para ele. A maior parte dos homens reconhece que o empenho profissional e social da mulher requer uma nova posição do homen no seio da família. Mas, o abismo entre teoria e prática ainda se mantém em muitos casos. Porém, também aqui se pode e se deve mais uma vez fazer uma diferenciação. Entre a jovem geração já muitos aspectos deste novo relacionamento se tornaram naturais.

Na execução conjunta dos trabalhos caseiros é que continuam a existir grandes problemas. Os maiores encargos dai resultantes para a mulher activa são muitas vezes um obstáculo para o seu desenvolvimento profissional. A superação desta tradição antiquada constitui por isso uma tarefa que necessita de ser solucionada.

As medidas sociais como a semana laboral de 40 horas para as mulheres com dois e mais filhos ou o «ano do bebé» não consolidam o papel tradicional da mulher?

As medidas da política social que foram adoptadas na RDA não têm o intuito de consolidar os papéis tradicionais dos sexos, de remeter as mulheres para a maternidade e para a família, pelo contrário, elas devem contribuir para que essa situação tradicional da mulher seja conscientemente superada. Elas partiram e partem da análise do nível de desenvolvimento alcançado e não dum suposto estado ideal.

A concretização da igualdade de direitos é uma etapa importante na transformação da posição social que a mulher ocupa no socialismo, mas não é o objectivo final. Isto consiste, por assim dizer, na igualdade **social** entre homem e mulher. A superação das diferenças sociais ainda existentes

entre os sexos, que resultam em parte da necessidade das mulheres recuperarem ainda muita coisa, exige também na actualidade e no futuro a atenção especial da sociedade. Por isso, trata-se de medidas específicas destinadas à promoção da mulher com o objectivo de aproximar as suas condições de vida às do homem, para que ela possa exercer a sua profissão e assumir também a sua função de mãe mantendo-se economicamente independente do homem. E, como é evidente, isto para nós não deve ser uma uniformização formal.

As novas medidas da política social aprovadas em Abril de 1986 pelo XI Congresso do PSUA, têm também em conta a alteração dos papéis tradicionais que se processa no seio das famílias. Por exemplo, a liçenca paga concedida após a liçença de parto ou a que se concede para cuidar dos filhos doentes, podem ser concedidas ao marido em casos fundamentados, particularmente por razões profissionais e de qualificação da mulher.

Profª Kuhrig, quais as tarefas com que o Conselho Científico «A Mulher na Sociedade Socialista» se debate neste momento? Qual o contributo deste organismo para a resolução de problemas sociais?

Para um melhor entendimento é necessário dizer que na RDA a cooperação dos especialistas das ciências sociais, quer seja num bloco de determinadas disciplinas ou numa disciplina específica, se efectua sempre no âmbito dum conselho científico. O Conselho Científico «A Mulher na Sociedade Socialista» foi criado em 1964 por decisão do Conselho de Ministros da RDA e está agregado à Academia das Ciências da RDA. A este Conselho cabe a tarefa de apoiar a criação das bases científicas para a política relacionada com as mulheres no nosso país, de encontrar respostas adequadas às questões que surgem no processo de concretização da igualdade de direitos da mulher e no contínuo fortalecimento da sua nova posição social, bem como de elaborar vias de solução cientificamente fundamentadas.

O Conselho Científico é responsável pela direcção, planificação, coordenação e início dos trabalhos de investigação destinados a este objectivo. Os cientistas das diferentes disciplinas (economistas, filósofos, historiadores, sociólogos, psicólogos, pedagogos, juristas, agrónomos e médicos) que trabalham nas diferentes instituições científicas colaboram estreitamente dentro do Conselho com representantes da prática social tais como funcionárias da organização das mulheres, representantes dos sindicatos e ministérios.

O nosso trabalho científico incide principalmente em três direcções: no trabalho com temas próprios de investigação relacionados com aspectos parciais específicos e importantes do contínuo desenvolvimento da posição social da mulher na RDA; na organização e fortalecimento da cooperação interdisciplinar e na motivação de trabalhos de investigação das ciências sociais em geral relacionados com problemas específicos de ambos os sexos.

Muitas das decisões estatais que têm contribuído directa ou indirectamente para o melhoramento das condições de trabalho e de vida das mulheres têm-se baseado nos resultados de investigação apresentados pelo Conselho. Mediante publicações teóricas de carácter científico popular prestamos o nosso contributo para divulgar os resultados mais recentes da investigação, para estimular e continuar a discussão pública.

Quais são os objectivos actuais da luta travada pelas mulheres na RDA?

Neste contexto, estou a pensar em Nairobi, na Conferência Mundial das Mulheres, convocada pela Organização das Nações Unidas em 1985, por ocasião do encerramento da Década das Mulheres! A maior parte das reivindicações e dos objectivos pelos quais ainda hoje as mulheres lutam em muitas regiões do mundo, estão já cumpridos para as mulheres da República Democrática Alemã, são para elas uma realidade, uma coisa absolutamente natural na nossa vida. Ninguém põe em dúvida a nossa dignidade humana por sermos mulheres. Nós não somos discriminadas de forma nenhuma. Gozamos dos mesmos direitos humanos como os homens. Depende exclusivamente de nós o modo como aproveitamos as oportunidades que a sociedade nos oferece, como e se empregamos todas as nossas capacidades para alcançar o possível. Embora ainda existam diferenças sociais entre homens e mulheres e também entre mulheres de diferentes camadas sociais. Mas, independentemente da idade e profis-

são, da origem social, da posição que ocupamos na sociedade, bem como do estado civil e do número de filhos vivemos em segurança social. Desta maneira os objectivos, e naturalmente também as formas da nossa luta, diferem em muitos aspectos dos das mulheres de outros países.

Porém, há uma preocupação que partilhamos com muitas mulheres no mundo. É a preocupação pela paz, a preocupação por um futuro feliz para os nossos filhos e netos, para os nossos familiares, é a preocupação pela sobrevivência de toda a Humanidade. Por isso o objectivo mais importante da luta das mulheres na República Democrática Alemã é a luta pela manutenção da paz.

O contínuo melhoramento da nossa vida, o aumento do nosso nível de vida material e intelectual, é também um dos objectivos da luta das mulheres que, contudo, não difere dos objectivos do Estado. O domínio do progresso técnico-científico está na ordem do dia na RDA. Daí advêm novas e mais elevadas exigências para cada um o que exige outra qualificação e uma disponibilidade crescente. Para alguns torna-se necessário abandonar o trabalho habitual, familiarizarem-se com um novo colectivo de trabalho, entre muitas outras coisas. Este facto já pode originar conflitos pessoais, mas nunca surgem conflitos por não terem recebido um outro posto de trabalho. Isto é um forte estímulo também para as mulheres que as leva a «lutar» pelo domínio das novas tecnologias, ciências, matérias-primas, etc.

É possível que alguns dos nossos leitores se interroguem sobre quais os objectivos da luta especificamente femininos. Deixaram de desempenhar um papel na sociedade? Uma tal conclusão sobreestimaria os resultados alcançados a tudo aquilo que foi possível alcançar objectivamente durante 40 anos. As raízes profundas do pensamento e comportamento patriarcais ainda não foram eliminadas «até à última e mais fina raiz» (Lénine). Também no futuro as mulheres, apoiadas pela sociedade, irão esforçar-se para continuar a diminuir a tradicional divisão do trabalho na profissão e na família, especificamente relacionada com os sexos. Isto dependerá, em primeiro lugar, do grau de maturidade das mulheres e raparigas, da sua vontade e do seu empenhamento. Por isso, tal como ficou demonstrado na conversa com os dirigentes da empresa estatal «Treffmodelle» Berlim, é necessário que ainda mais mulheres sejam impulsionadas para utilizarem, ainda mais consciente e consequentemente, os conhecimentos adquiridos e a sua qualificação profissional. Esta é a missão que lhes foi confiada pela sociedade. Além disso, as mulheres vão impor-se e exigir uma maior responsabilidade do homen no seio da família.

No entanto, quero salientar: nós, mulheres, não lutamos isoladas dos homens, para já não dizer contra os homens. Lutamos lado a lado por uma vida em paz, por uma vida feliz, tanto na sociedade como na esfera privada.

Política a favor das mulheres – um processo contínuo

Durante séculos a desigualdade entre os sexos foi aceite como uma realidade absolutamente normal. O homem, como responsável pelo sustento da família, tinha a palavra, a mulher era exclusivamente responsável pela casa e pelos filhos, mesmo quando contribuia para a subsistência da família com o seu trabalho como operária, camponesa ou comerciante. Para ela, era normal manter-se na «sombra» do marido e ter apenas em consideração a educação, carreira profissional e exigências pessoais do marido. Para já não falar da posição social! A particularidade biológica da mulher foi sempre interpretada como inferioridade. Durante muito tempo estes convencionalismos mantiveram-se intactos.

A demonstração de que esta regra não foi «estabelecida por deus» mas que é determinada por rigorosas leis económicas fundamentais, foi feita pela primeira vez por Karl Marx e Friedrich Engels. Asseveraram que não existe «nenhuma questão de sexos ou de mulheres em si». A humilhação das mulheres também não é derivada de «causas biológicas», ela tem origem na propriedade privada dos meios de produção em que se baseia o sistema de exploração. O problema da mulher faz parte da questão social e apenas pode ser solucionado na sua globalidade através do processo de transformação de toda a sociedade – esta afirmação foi feita também por Marx e Engels.

Outras personalidades marxistas como August Bebel, Rosa Luxemburg e Clara Zetkin salientaram a interligação entre rela-

ções sociais e opressão da mulher, deduzindo daí as respectivas conclusões para a concretização dos direitos das mulheres.

Partindo dos conhecimentos teóricos, das tradições dos movimentos democráticos e comunistas das mulheres, e após o malogro da ditadura hitleriana em Maio de 1945, as forças antifascistas começaram a solucionar também a questão das mulheres, no âmbito das transformações que se operaram em grande escala na sociedade no actual território da República Democrática Alemã.

Foi necessário, sobretudo, ganhar as mulheres para participarem conscientemente nessas transformações. Isto não foi nada fácil na medida em que o fascismo lhes tinha ensinado outras virtudes como, p. ex., o dever de ter muitos filhos e de ser uma dona de casa consciencíosa e resignada. Embora a evolução da guerra e a obrigatoriedade das mulheres a trabalharem na indústria armamentista contradissessem estas «virtudes», a ideologia fascista necessitava de ser banida dos cérebros das pessoas. Com a expropriação dos nazis, criminosos de guerra e dos grandes capitalistas que foi levada a cabo após um plebiscito, bem como com a reforma agrária foram criadas relações de produção livres de exploração. Em conformidade com o Acordo de Potsdam assinado pelas potências da coligação anti-hitleriana, a URSS, os EUA, a Grã-Bretanha e posteriormente também a França, deu-se início à desnazificação e desmilitarização das instituições de ensino, da justiça, da administração e do sector cultural e ideológico. Ao mesmo tempo, nasceram partidos e organizações de massas democráticos. Neste processo as mulheres tiveram uma participação decisiva. Elas compreenderam que as transformações sociais eram uma oportunidade para o recomeço.

Quando, em Abril de 1946, comunistas e sociais-democratas alemães se uniram num partido único, o Partido Socialista Unificado da Alemanha, isto foi um acto que correspondeu a mais um ensinamento da história. Muitos deles, tanto homens como mulheres, tinham sofrido ao lado de antifascistas e cristãos nos campos de concentração. O PSUA fiel às tradições dos clássicos do marxismo, assim como às do movimento operário revolucionário, também se empenhou desde início pela igualdade de direitos das mulheres e pelo desenvolvimento das suas capacidades e talento.

A nova política em prol das mulheres reflectiu-se igualmente na primeira Constituição da RDA que foi aprovada em 1949 após ter sido discutida publicamente. Neste documento ficou estipulado que homem e mulher têm plena igualdade de direitos, que têm direito ao salário igual por trabalho igual, que têm sem distinção direito à educação e recreio, à participação na vida social, à co-gestão e à participação na tomada de decisões.

De significado análogo foi a «Lei sobre a Protecção da Mãe e da Criança e os Direitos da Mulher», aprovada nos fins de Setembro de 1950. Esta lei foi sugerida pelas representantes da organização de mulheres da RDA que tinha, nesta altura, apenas três anos de existência. A lei concretizou os pressupostos materiais para a igualdade de direitos fixada na Constituição. Assim, foram aprovados o subsídio estatal de nascimento, subsídios mensais para mulheres com pelo menos três filhos, a construção de creches e infantários, bem como medidas para qualificar mais mulheres para as funções dirigentes.

Nos anos seguintes, a continuidade da política sobre as questoẽs das mulheres foi estabelecida por importantes leis. O Código do Trabalho de 1950 sofreu uma nova redacção, respectivamente em 1961 e 1977, a fim de corresponder às exigências impostas pelo desenvolvimento social. Estipula, entre outras coisas, as medidas de apoio às mulheres na coordenação do exercício da profissão com os deveres familiares. Trabalhos pesados e prejudiciais à saúde, p. ex., nas minas, foram-lhes interditos. Entraram em vigor regulamentos específicos para mulheres grávidas e a amamentar.

Em 1966 foi aprovado o Código da Família. Coloca sob a protecção especial do Estado o matrimónio, a família e a maternidade sem atingir o carácter privado da família. Alguns dos seus princípios são a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, o direito de ambos ao desenvolvimento das suas capacidades e a responsabilidade comum pela educação dos filhos e pelo cumprimento dos trabalhos caseiros.

Durante os anos 50 e 60, as mulheres tomaram com real impetuosidade posse dos seus direitos e das múltiplas oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal. E aqui confirmou-se a opinião convicta, já manifestada por August Bebel e Clara Zetkin, de que a actividade profissional constitui a base

fundamental para a igualdade de direitos da mulher. Nos fins dos anos 60 mais de 80% das mulheres e raparigas na idade activa exerciam já uma profissão. Ao mesmo tempo, conseguiram ampliar os conhecimentos que haviam adquirido graças à formação escolar e profissional ou obtiveram esses conhecimentos frequentando cursos de qualificação.

As mulheres avançaram rapidamente para todos os domínios da vida social e política, participaram activamente na edificação da sociedade e elaboraram em conjunto com os homens as condições prévias materiais para uma política social generosa do Estado. Por isso, tornou-se bem visível a contradição existente na sua posição no seio da família. Porque aí, o seu papel não se transformou com a mesma rapidez. Este facto não deixou de ter as suas consequências: a partir da segunda metade dos anos 60 verificou-se um decréscimo da natalidade. Outra consequência resultante da dificuldade de coordenar a vida profissional com a familiar foi um acréscimo das empregadas a tempo parcial. Isto abrangia mais de um terço de todas as mulheres activas. Para além disso, muitas mulheres jovens e com boa formação não podiam exercer a sua profissão durante um determinado tempo por falta de lugares em creches e jardins infantis.

Para a contínua concretização da igualdade de direitos foi necessário solucionar gradualmente esses problemas que determinam se uma mulher pode também fazer uso integral da sua igualdade de direitos. Partindo da análise do estado de desenvolvimento social os delegados ao VIII Congresso do PSUA realizado em 1971, aprovaram um programa político-social muito extenso que melhorou sensivelmente as condições de trabalho e de vida das mulheres. A elevada potencialidade económica do país possibilitou a realização deste programa.

As propostas do Congresso constituiram o fundamento para uma decisão conjunta do Comité Central do PSUA, da Direcção Nacional da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães e do Conselho de Ministros da RDA que deu as linhas mestras para os regulamentos legais aprovados pelo Conselho de Ministros como órgão da Câmara do Povo, o governo da RDA. Desde 1972 têm sido postas em prática medidas sociais específicas que facilitaram às mulheres a coordenação da maternidade com a plena participação na

vida profissional e social. Elas não anulam o princípio da responsabilidade comum dos cônjuges pela educação dos filhos e pelos trabalhos caseiros, não eternizam a tradicional divisão do trabalho entre homem e mulher, antes pelo contrário, são de certa forma uma compensação pelas maiores exigências às quais a mulher tem de fazer frente.

Destas medidas sociais fazem parte, o horário de trabalho reduzido para mulheres com filhos, subsídios de nascimento mais elevados, o prolongamento da liçenca de gravidez e de pós-parto, a construção reforçada de creches e jardins infantis, a liçenca paga durante um ano após o nascimento de filhos. Ao mesmo tempo, deu-se início a um extenso programa de construção habitacional que permitiu atribuir a quase metade da população da RDA desde 1971 uma habitação nova ou modernizada, que facilita a vida familiar e que se efectuou sob condições mais favoráveis.

A continuidade do crescimento económico e do aumento do rendimento nacional (receitas das empresas menos os custos de produção) em mais 4% por ano constituem o pressuposto para continuar a aumentar o nível de vida do povo e, com isso, para criar condições sociais mais favoráveis para as mães com actividade profissional. Assim, o XI Congresso do PSUA que teve lugar de 17 a 21 de Abril de 1986, propôs-se continuar a melhorar as condições de trabalho e de vida das famílias com crianças. Conforme a decisão do Conselho de Ministros as respectivas regalias entraram em vigor no dia 1 de Maio de 1986 (ver capítulo «Assistência Social à Mãe e à Criança»). Passo a passo a posição social da mulher na RDA é aperfeiçoada para atingir a igualdade social plena — um objectivo que se mantém na ordem do dia.

Ela fala de si própria – Ute Dinter, economicamente activa, casada, dois filhos

«Subam!» Ouço dizer pelo pequeno intercomunicador na entrada do novo edifício onde mora Ute Dinter com a sua família. Já nos haviamos encontrado na empresa estatal «Treffmodelle» onde trabalha como engenheira/colaboradora científica, responsável pela preparação do trabalho.

É fácil estabelecer uma conversa com a senhora Dinter,

mesmo quando à primeira vista parece ser uma mulher reservada. Com muito gosto corresponde ao meu pedido de conversar um pouco sobre o seu quotidiano no trabalho e sobre a sua vida. «Preparação do trabalho – este termo não tem muito sentido para um leigo. Inclui uma série de coisas práticas, muitas das quais são decisivas. Quando os modelos produzidos na nossa empresa têm de estar prontos num determinado prazo, tudo o que é indispensável para a sua produção deve ser pedido a tempo: o tecido para sobretudos ou casacos, os correspondentes botões, o corte e o padrão da secção de criação dos modelos. Fazem parte também os planos do prosseguimento para o processo laboral para que haja uma coordenação adequada entre as várias secções de produção. Esta é já uma tarefa de bastante responsabilidade tendo em consideração que o mais pequeno engano pode provocar dificuldades.»

Desde há alguns meses que Ute Dinter sucedeu neste lugar a uma colega que entretanto a tinha familiarizado com esta tarefa. Agora, em vez de ser responsável por uma parte da secção, Ute Dinter tinha todos os «cordelinhos na sua mão». Era um situação desconhecida para ela. «Nos primeiros dias tive muito receio» confirma a senhora Dinter. «Pensei em procurar outra tarefa. Por outro lado, não me quis dar por vencida após um período tão curto e quem é que seria capaz de se adaptar tão rapidamente? A preparação da produção requer que se tenha uma visão geral, uma certa experiência e também, mas não só, disposição para corresponder às novas exigências e para ampliar os conhecimentos já existentes. Eu conheço e respeito o trabalho com a máquina de costura porque trabalhei durante dois anos como costureira. Como sei fazer uma série de trabalhos práticos os mestres e as operárias têm em conta aquilo que eu digo.» No futuro um computador irá facilitar este trabalho. Por isso, Ute Dinter já frequentou o respectivo curso. A decisão de se manter nesta função dependeu certamente também da confiança que essa mulher de 31 anos de idade goza nesta secção.

«Porque é que vim para esta profissão? Não tinha um ideal de profissão. Após ter terminado a escola secundária comecei a estudar pedagogia mas, no final do primeiro semestre, interrompi os estudos a meu pedido. Hoje, lamento o facto de há anos ter sido indecisa, ter renunciado aos estudos – coisa

que fiz influenciada pelo meu namorado que achava o estudo uma perda de tempo.»

A Ute de 20 anos de idade aproveitou a oportunidade de se qualificar dentro de um ano como operária especializada na técnica de confecção. Com este certificado apresentou-se na empresa estatal «Treffmodelle». Embora gostasse do trabalho não se sentia satisfeita com esta solução e manifestava o seu desejo de voltar a estudar. Este foi atentamente registado pela empresa. Dois anos depois recebeu o convite para mudar para a secção de preparação do trabalho e para fazer um curso de téonica de confecção na escola técnica média.

Quando Ute Dinter necessitou de tomar uma decisão era recém-casada e estava grávida. Porém, ela decidiu-se em favor do estudo. Agora ela sabia que tinha um companheiro que a apoiava. A experiência dolorosa de então, deu-lhe uma outra força, uma vontade consciente em relação ao seu próprio desenvolvimento. «Não foi nada fácil, mas estava firmemente decidida a enveredar por este caminho e de provar a minha capacidade ao terminar este estudo com bons resultados. Agora até teria concluído este estudo mesmo que o meu marido não o aceitasse. Felizmente, este conflito não surgiu e tive sempre a confiança e o apoio do Nico. Quando a nossa filha estava doente substituímo-nos nos cuidados a ter com ela para que eu não faltasse a muitas aulas. Esta forma de respeito mútuo têmo-lo mantido vivo até hoje.»

Pelos seus filhos que desejaram, ambos os cônjuges se sentem igualmente responsáveis. Os tempos livres da mãe e do pai ainda são ocupados por Juliane (oito anos de idade) e Henrik (seis anos de idade). Os pais preferem deixar os seus hobbies para que possam ter mais tempo para os seus filhos. Mas, por vezes, Ute fica um pouco triste por não ter tempo suficiente para se entregar aos seus livros. Sendo assim, prefere fazer trabalhos manuais porque lhe permitem conversar e ver televisão.

«Durante alguns meses frequentei um círculo para experimentar técnicas diferentes de trabalhos manuais. Era muito interessante mas, simultaneamente, a Juliane tinha de ser acompanhada até à escola de música. Neste momento, parece-me ser mais importante que ela aprenda a tocar flauta. Para mim isto não é sacrifício porque considero que a orientação a dar às crianças é um factor predominante. Acho que é

um sucesso o facto de ambos serem equilibrados, saberem ocupar-se com sentido e desenvolverem os seus próprios interesses.»

Nesta família liga-se importância assim à criatividade como à linguagem familiar amigável. Um comportamento amistoso e simpático é uma coisa que cada um deve aprender por si próprio, considera Ute Dinter. Juntamente com os seus filhos juntou há algumas semanas atrás brinquedos e vestuário que empacotou para as crianças da Nicarágua. A revista infantil «Bummi» tinha feito um apelo à participação nesta campanha.

Ute Dinter é uma pessoa interessada por política, mesmo não sendo membro de qualquer partido. Partilha a preocupação de muitos homens, a preocupação pelo perigo duma guerra nuclear. «Claro que pensamos nisso», diz ela incluindo naturalmente o seu marido na resposta: «Quando se tem filhos, cresce em nós não apenas o medo mas também a responsabilidade. Por isso alegro-me por viver num Estado onde tudo se faz para manter a paz e para a defender. Esta política, apoiamo-la também pessoalmente, com o nosso trabalho quotidiano, com manifestações pela paz, recolha de assinaturas e até com a educação dos nossos filhos.»

Após um pequeno momento de reflexão a senhora Dinter continua: «Ter uma vida familiar harmoniosa — isto era também uma das minhas concepções de vida. E faço muitos esforços para a pôr em prática. Gosto dos nossos fins-de-semana passados no nosso jardim, dos passeios pelos arredores e as visitas ocasionais aos museus. De vez em quando estou um pouco descontente comigo própria porque gostava de fazer muito mais coisas com os meus filhos. Por outro lado, deixar a minha profissão é coisa que nem sequer posso imaginar. Sinto-me bem nela e encontro satisfação na minha profissão. Ela faz parte da minha vida e o meu marido faz a mesma afirmação. O próprio crescimento da minha maturidade, a maior consciência em mim própria têm a sua base nos sucessos profissionais. Coordenar a profissão com as minhas funções de mãe não é para mim um problema. Creio que encontrei uma solução vantajosa, tanto mais porque posso contar com a ajuda do meu marido quanto à assistência aos filhos e aos deveres caseiros.»

Ute Dinter não gosta de «grandes palavras». Talvez isto tenha a origem na sua maneira de reagir não muito espontânea. É uma característica que favorece esta mulher jovem e graciosa para a sua actividade como juíza leiga. Para a exercer é dispensada do trabalho durante duas semanas por ano para assistir a juízes quando um tribunal deve decidir sobre casos de direito civil. Os conhecimentos necessários para tal são adquiridos pelos juízes leigos durante cursos regulares que frequentam. Em caso de necessidade, Ute Dinter pode dirigir-se ao seu marido que, como jurista, dá aulas a futuros quadros do comércio externo familiarizando-os com as respectivas leis e artigos.

As horas livres após o dia de trabalho estão também planificadas e todos fazem o possível para evitar problemas. Os planos para os próximos meses também já existem: «Vou frequentar um curso sobre o contínuo aproveitamento da tecnologia computorizada, a sala de estar deve ser mobilada com um cunho mais pessoal, e em breve quero praticar de novo desporto regularmente. De vez em quando vou sentar-me à máquina de costura para fazer algo de mais moderno. As crianças crescem e, como é natural, tornam-se mais independentes o que para mim me dá mais tempo. É impossível arranjar tudo de um momento para o outro, mas tenho a certeza que irei conseguir!».

Vida familiar – não é de menor importância

Há vinte anos e após profunda discussão pública, o Código da Família da RDA foi aprovado, Código esse que exorta ambos os cônjuges a uma vida matrimonial com base no amor, na igualdade de direitos e no respeito mútuo. Esta Lei é o único documento estatal que é entregue ao jovem casal no registo civil. Este deve apoia-los a estruturar a sua vida familiar conforme as novas normas e serve tanto para a protecção do matrimónio e da família como dos direitos de cada membro da comunidade familiar. No Artigo 2 diz-se por exemplo:

«A igualdade de direitos entre homem e mulher determina de modo decisivo o carácter da família na sociedade socialista. Assim, os cônjuges têm o dever de estabelecer entre si relações em que ambos possam usufruir plenamente do direito ao desenvolvimento das suas capacidades, para proveito próprio e da sociedade. A igualdade de direitos exige simultaneamente que os cônjuges respeitem a personalidade individual de cada um e se ajudem mutuamente no desenvolvimento das suas capacidades.»

Quando os jovens se decidem pelo casamento, ambos devem ter pelo menos 18 anos de idade. Adoptam seguidamente um nome familiar comum – o do homem ou o da mulher. A idade média de casamento é de 21 anos para a mulher e de cerca de 24 anos para os homens (no primeiro casamento). Anualmente, casam-se cerca de 130000 homens e mulheres.

A sociedade socialista está interessada em relações matrimoniais harmoniosas, felizes e estáveis e promove-as moral e materialmente. Até agora o casamento confirmou-se como a forma mais estável de vida em comum entre homens e mulheres, como o mais favorável pressuposto para o desenvolvimento das crianças. É por isso que se dá um apoio especial aos jovens casais. Como ajuda inicial podem usufruir dum crédito isento de juros que é reembolsado em prestações mensais durante um período de oito anos. Estimulado pelo XI Congresso do PSUA, o Conselho de Ministros decidiu aumentar o montante deste crédito de 5000 marcos para 7000 marcos e aumentar o limite etário de 26 para 30 anos de idade. Após o nascimento do primeiro filho são dispensados de reembolsar 1000 marcos, depois do segundo filho mais 1500 marcos e após o terceiro filho 2500 marcos.

Também no que diz respeito à aquisição de apartamentos os jovens casais têm preferência. Uma em cada quatro habitações novas e uma em cada duas habitações modernizadas são atribuídas a jovens. Por esta via o Estado esforça-se por estimular os jovens para o casamento e por dar uma base sólida ao matrimónio.

Como vão as relações matrimoniais?

As concepções da juventude em relação ao matrimónio são desde há anos relativamente estáveis. Para muitos, o desejo de viver em comum e de formar família está associado ao casamento, não só como uma velha tradição mas também como forma de aceitação desejada um do outro, como forma de responsabilidade comum, tendo também em consideração as crianças. Cerca de três quartos dos jovens preferem viver o futuro no matrimónio.

Os homens e as mulheres casam-se por razões de simpatia e amor e não por razões económicas ou sociais. Ele porta consigo grandes exigências que impõe aos valores humanos. Tanto homens como mulheres desejam ter um cônjuge que lhe manifeste amor, respeito e entendimento, que seja firme e sincero, que esteja disposto a discutir e a procurar uma solução para qualquer problema e que queira filhos. Ambos salientam querer encontrar uma possibilidade de se desenvolver pessoalmente e de não querer viver o matrimónio como se estivessem numa prisão.

A diferente situação da mulher e a consciência em si própria conquistada interferem até na própria esfera privada. As relações amorosas e sexuais das jovens mulheres de hoje diferem consideravelmente das suas avós. Nestas relações, as mulheres são também mais livres, activas e exigentes, não

querem ser consideradas como objectos sexuais, querem ser respeitadas também neste domínio como companheira com os mesmos direitos.

As grandes exigências impostas ao casal e o possível «arrefecimento» dos sentimentos salientam a necessidade de eles serem ponderados profundamente. Por esta razão, muitos jovens optam pela chamada «prova de casamento» antes de se casarem, ou seja, viverem em comum num pequeno apartamento próprio ou em casa dos pais. Esta forma de conhecimento, vivendo o quotidiano em conjunto, substitui em escala crescente o noivado que é considerado um pouco antiquado. Em muitos casos dá-se o casamento após o nascimento dum filho. Os seguintes números são a confirmação deste facto: enquanto 46% dos primeiros filhos nascem antes do casamento, 88% dos filhos seguintes nascem após os pais se terem casado.

Porém, educar sozinho um ou mais filhos não é nenhuma «mácula». Mães sós ou pais sós, bem como os seus filhos não sofrem qualquer desvantagem por essa situação.

As diferentes formas de vivência comum que se verificam na RDA, mais ou menos desde há 15 anos, são um fenómeno cada vez mais forte. O estatuto social destes jovens é ainda difícil de definir e por isso ainda não existe nenhum estatuto familiar legal que o caracterize. Os companheiros continuam a ser considerados «solteiros», «divorciados» ou «viúvos». As causas para o não casamento são múltiplas. Elas abrangem tanto as concepções de vida como as más experiências durante um processo de divórcio e problemas relacionados com as crianças, por exemplo, no que diz respeito às questões de herança. As vantagens sócio-políticas, às quais têm direito as mães que se mantêm sós, desempenham por vezes o seu papel. É essencial que neste contexto se mantenha um clima aberto, livre de discriminações sociais face a estas formas de vivência em comum, perante os divorciados ou homossexuais.

Quando se fala da nova posição da mulher na sociedade convém ter também em consideração as próprias mudanças operadas em relação ao papel do homen. A maior parte dos homens tem uma posição de abertura em relação à igualdade de direitos e não apenas por palavras. Aceitam as suas mulheres como parceiros com os mesmos direitos, apoiam os seus

desejos pela actividade profissional, educação, qualificação e empenhamento social. E são muitos os que assumem uma parte dos deveres caseiros como consequência natural. As mudanças causadas pela igualdade entre os sexos evidenciam-se cada vez mais no quotidiano da vida familiar. Há pais que se empenham na assistência aos filhos e pela sua educação, que vivem essas tarefas como enriquecimento pessoal. Levam por exemplo os seus filhos à creche ou ao infantário e vão buscá-los à noite, brincam, praticam desporto e aprendem com eles, colaboram nas representações de pais nas escolas.

Os homens vão igualmente às compras, sabem pôr o aquecimento a funcionar e lavar roupa, assumem trabalhos de reparação. Porém, muitas mulheres continuam a estar insatisfeitas com a situação, mostram-se intranquilas por causa do desenvolvimento que se processa de vez em quando muito lentamente. A questão da divisão dos trabalhos caseiros provoca sempre discussões porque a opinião dominante de que a responsabilidade por estes trabalhos cabe à mulher enquanto que ao homem cabe simplesmente a responsabilidade de a ajudar, continua a ser difícil de alterar. Isto conduz muitas vezes a uma sobrecarga das mulheres. Em muitas famílias existe o princípio prático de que cada um assume determinados deveres que pode cumprir com maior facilidade. São particularmente as jovens mulheres que exigem que os seus homens tenham independência e iniciativa em relação aos trabalhos domésticos.

O sistema de prestação de serviços, que é continuamente estruturado, tem aqui uma função muito positiva. Muitas famílias levam, por exemplo, a roupa de cama para a lavandaria ou almoçam nos fins-de-semana em restaurantes. O almoço durante a semana é aproveitado por muitos membros das famílias nas cantinas da empresa, da escola ou nos estabelecimentos infantis.

Para homens e mulheres não é facil corresponder diariamente às grandes exigências impostas por uma relação de igualdade. Anualmente, cerca de 50000 casais divorciam-se, sendo na maior parte dos casos as mulheres que pedem o divórcio. Em geral, há na RDA a opinião de que um casamento sem amor, sem verdadeiro companheirismo perdeu o seu sentido, e que é do interesse dos próprios filhos viverem só

com o pai ou com a mãe do que em condições familiares desastrosas. Ao divórcio vêm sempre associados problemas pessoais e sociais e ninguém se sente feliz com este facto. Porém, a sociedade não interfere no domínio privado, apenas oferece o seu apoio.

Desde há cerca de 20 anos que existem na RDA cerca de 200 consultórios para questões matrimoniais, familiares e sexuais. Nestes estabelecimentos trabalham em conjunto psicólogos, juristas, ginecologistas e outros especialistas. Apoiam gratuitamente (mantendo o anonimato) todos aqueles que pedem um conselho por não serem capazes de superar os conflitos por si próprios. Tais problemas podem estar relacionados com o matrimónio, com preocupações familiares ou com o desejo irrealizável de ter filhos. As consultas não servem apenas para pôr a descoberto os problemas de uma forma menos conflituosa e numa atmosfera mais objectiva elas incluem também a terapia psicológica, a consulta jurídica ou o tratamento médico. As consultas têm uma influência considerável no facto de muitos casais que estão decididos a pedir o divórcio terem reflectido novamente sobre a sua situação e terem conseguido atribuir, através dos seus próprios esforços, um novo sentido ao seu matrimónio.

Assistência social à mãe e à criança

A RDA é conhecida como um país amigo das suas crianças e que tem feito muito para que os mais jovens possam crescer em segurança social. Tanto as mulheres como os homens desejam ter filhos e consideram-os como a parte mais importante da vida para que esta possa ser vivida cheio de sentido. Hoje, nove em cada dez mulheres tiveram pelo menos um filho, número que antes do desenvolvimento socialista não era tão elevado. O facto das mulheres poderem decidir livremente quando e quantos filhos querem ter desempenha aqui um importante papel. A atitude acerca da planificação familiar é, em geral, positiva. Entre os meios anticonceptivos possíveis a pílula ocupa o primeiro lugar. Apenas 8% das mulhe-

---

Resumo das medidas mais importantes da política social
(situação em 1986/87)

- A licença de gravidez e de parto completamente paga é desde 1976, de 26 semanas.
- Em 1972, o **subsídio estatal de nascimento** foi aumentado unificadamente para 1000 marcos por cada filho.
- Os pais obtêm para os seus filhos que vivem no seio da família um **subsídio familiar estatal** até ao fim da décima classe (anteriormente era de 20/20/100 marcos para o 1.º, 2.º e 3.º filho respectivamente e a partir de Maio de 1987 passará a ser de: 50/100/150 marcos por mês respectivamente).
- As mães trabalhadoras têm direito a uma **dispensa paga para a assistência ao filho** depois da licença de parto (apoio financeiro à mãe). Este chamado «ano do bébé» termina para o 1.º e o 2.º filho com o primeiro aniversário, a partir do 3.º filho termina no momento em que o filho atinge os 18 meses. Em dependência do número de filhos o apoio financeiro durante este período situa-se entre 65 e 90 por cento do vencimento líquido médio. Durante este período mantêm-se todos os direitos para a mulher quanto ao posto de trabalho. (No caso do nascimento de gémeos ou trigémeos esta dispensa dura respectivamente até ao segundo ou terceiro ano dos filhos.)
- Todas as mães solteiras obtêm, em dependência do número de filhos, uma **dispensa paga no montante do subsídio de doença durante o período de assistência ao filho doente** até 13 semanas. Desde Maio de 1986 que este apoio também é concedido a mães casadas com dois ou mais filhos com a duração de seis semanas.
- Mulheres que trabalham a tempo inteiro obtêm uma **dispensa** por mês **paga** se forem casadas, se tiverem mais de 40 anos, se tiverem de assistir a filhos até aos 18 anos ou a familiares que precisam de assistência.
- **Mais dias de férias** para mães com dois ou mais filhos no caso de trabalharem por turnos (até 12 dias mais).
- **Tempo de trabalho reduzido** para mães com dois ou mais filhos até aos 16 anos de idade (40 em vez de 43 3/4 horas).
- **Subsídios especiais para filhos deficientes** (entre outros, subsídio de assistência a cegos ou de assistência especial até aos 18 anos do filho, assim como outros apoios financeiros mensais; semana de trabalho de 40 horas).

res de entre 28 a 30 anos de idade ainda não a utilizaram. Os meios contraceptivos são receitados gratuitamente pelo médico.

Em 1972 foi promulgada a lei que permite a interrupção da gravidez numa clínica até à 12ª semana. As despasas são assumidas pela Previdência Social. No entanto, os médicos afirmam, e os meios de comunicação fazem a respectiva divulgação, que esta possibilidade só deverá ser utilizada pelas mulheres como último recurso da planificação familiar, e elas também assim a entendem.

A promoção da família, a assistência materno-infantil e o apoio concedido a famílias numerosas e a jovens casais ocupam um lugar firme na política social do nosso Estado. Mas isto não significa, do ponto de vista da sociedade, que pelo facto da mulher desejar ter um filho esta tenha de abandonar o seu desenvolvimento profissional.

Já nos anos cinquenta (1949 é o ano da fundação da RDA) surgiram as primeiras instalações de assistência às grávidas, recém-nascidos e crianças na idade pré-escolar. Hoje, existem em qualquer parte do país estabelecimentos deste género onde são assistidas e aconselhadas as jovens mães e é acompanhado o desenvolvimento saudável dos seus bebés. 99% das crianças vêm ao mundo em clínicas. O nascimento e a estadia são financiados pela Previdência Social.

O número das creches e infantários tem aumentado permanentemente. Actualmente 73% das crianças com menos de três anos de idade são cuidadas em creches. Em 1971 eram apenas 32%. Cada criança na idade pré-escolar (entre 3 e 6 anos de idade) pode, se os pais o desejarem, frequentar um jardim infantil. A assistência e a preparação metódica para a escola são gratuitas, pela alimentação, incluindo o leite, os pais pagam apenas uma pequena quantia mensal (no máximo 29 marcos na creche e no jardim infantil 11 marcos dum vencimento médio mensal bruto de 1140 marcos por trabalhador).

Há numerosas medidas da política social que oferecem mais tempo, em especial às mulheres que exercem uma profissão, para assistirem e educarem os seus filhos. Além disso, a política social serve a promoção das famílias, concedendo apoio financeiro com o objectivo de aumentar o nível de vida das famílias com filhos.

Famílias numerosas, isto é, mães ou pais solteiros com três filhos ou famílias com pelo menos quatro filhos, gozam de uma assistência especial dada pelo Estado. Têm preferência na atribuição de habitações, lugares em creches e jardins infantis e lares de recreio, assim como dos lugares para curas profilácticas e terapêuticas. Para os filhos dessas famílias o almoço e o leite oferecidos na escola são gratuitos tanto como a estadia num campo de férias ou a prestação de serviços. Os pais podem obter subsídios para a renda de casa, a roupa, móveis e outras coisas. A roupa de criança já é vendida a preços baixos sendo subsidiada pelo Estado.

A maioria das famílias na RDA têm dois filhos. Nos últimos dez anos nasceram anualmente, em média, 230.000 bébés. Apesar da taxa de nascimento ter aumentado nitidamente desde 1976 a reprodução da população ainda não está assegurada a um nível suficiente. Para estimular o desejo de ter um terceiro filho começou-se, em 1984, a alargar, passo a passo, as vantagens sociais das famílias numerosas a famílias com três filhos. Delas fazem parte, a atribuição preferencial de lugares em creches ou de habitações maiores, assim como subsídios financeiros estatais.

Empenhamento social e político

Independentemente da nacionalidade, raça, ideologia ou confissão religiosa, da origem e posição sociais, cada cidadão da RDA, tanto homens como mulheres, tem o mesmo direito de participar em todas as questões relacionadas com a vida política, económica, social e cultural da sociedade. As mulheres foram exortadas desde o início a assumirem um papel activo na edificação da sociedade e a assumirem, como cidadãs, a sua responsabilidade política e social.

Mulheres em organismos eleitos

A participação na vida política e também o assumir de responsabilidades políticas foi um processo que conduziu ao facto de hoje as mulheres fazerem uso do seu direito à co-participação em qualquer organismo político ou estatal da RDA. Isto é demonstrável, entre outras coisas, pela elevada percentagem de mulheres nas representações populares que aumentou continuamente desde 1971. A Câmara do Povo órgão legislativo supremo da RDA, conta com 500 deputados; um em cada três é uma mulher. Ao Conselho de Estado, ao qual cabe a função de dirigir o Estado, pertencem sete mulheres (além de 24 homens). Entre elas encontram-se Rosel Walter e a Profª. Drª. Johanna Töpfer que em representação de todas as demais são agora aqui mencionadas e que são de imediato apresentadas.

Rosel Walter, 58 anos de idade, nasceu no seio duma família operária. É professora e assumiu vários cargos no seu partido, o Partido Nacional-Democrático da Alemanha (NDPD), o qual também representa há 15 anos no Conselho de Estado. (O NDPD reúne, sobretudo, artífices, comerciantes individuais, intelectuais e trabalhadores do sector cultural.) Durante um curso por correspondência adquiriu o primeiro grau

académico, ou seja, a licenciatura em Ciências do Estado. A senhora Walter é casada e mãe de dois filhos. Em 1965 tornou-se membro do Conselho da Paz da RDA.

Johanna Töpfer é igualmente filha duma família operária. Após trabalhar durante alguns anos como operária da Deutsche Reichsbahn (caminhos de ferro) concluiu um seminário para professores organizado pela Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (FDGB). Seguidamente trabalhou como professora e vice-directora duma escola. Concluiu com êxito um curso por correspondência como economista licenciada. Durante cinco anos ensinou como docente e vice-directora na Escola Superior dos Sindicatos em Bernau. Em 1968 assumiu as funções de professora catedrática, e, no mesmo ano, no Congresso dos Sindicatos, foi eleita vice-presidenta da Direcção Nacional da FDGB. Exerce esta função ainda hoje com os seus 57 anos de idade. Faz parte do grupo parlamentar da FDGB na Câmara do Povo e desde 1981 do Conselho de Estado.

Também a nível dos ministérios há mulheres que exercem funções dirigentes. Desde 1963 Margot Honecker é ministra da Educação Nacional. Os sectores da electrotécnica e electrónica, da indústria ligeira e das finanças estão a cargo de vice-ministras.

Nas representações populares tanto a nível distrital, municipal como de freguesias urbanas ou freguesias rurais, trabalham a título honorífico desde as eleições de 1984 e 1986 (em 1986 tiveram lugar eleições para as assembleias distritais e a assembleia de deputados de Berlim) cerca de 78 000 mulheres – o que significa 38% de todos os deputados. O número dos burgomestres do sexo feminino aumentou. No ano da fundação da RDA exerciam este cargo apenas 276 mulheres, hoje esse número eleva-se a 2192, ou seja, cerca de 30% de todos os burgomestres.

A co-participação das mulheres também é evidente pela sua presença na jurisprudência. Entre os juízes que na RDA são eleitos, um em cada dois é uma mulher. Dos juízes leigos que actuam como assessores honorários dos juízes tendo igualmente direito a voto, metade são do sexo feminino. Os juízes leigos são propostos pelos seus colectivos de trabalho e participam em cursos para que a par das suas experiências adquiridas ao longo da vida obtenham também conhecimen-

tos acerca das leis para que possam fundamentar com conhecimento de causa as suas decisões.

Na RDA está garantido por lei a todos os cidadãos o direito à livre actividade sindical. 4,9 milhões de mulheres estão filiadas na Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (FDGB). De todos os funcionários sindicais 58% são do sexo feminino. Na Direcção Nacional da FDGB trabalham 122 representantes femininas, ou seja, metade de todos os membros efectivos e membros suplentes. Os sindicatos zelam pelo cumprimento dos direitos dos trabalhadores, exercem influência na sua formação e reciclagem tanto política como profissional e também no melhoramento das condições de trabalho e de vida.

No trabalho sindical nas empresas a representação de interesses das mulheres tem um papel essencial. Neste âmbito, as comissões de mulheres dos sindicatos dão uma ajuda muito importante. Os seus membros são eleitos directamente nas reuniões de mulheres das empresas. As mulheres têm uma influência activa nas medidas empresariais destinadas à promoção e apoio das mulheres e mães trabalhadoras. Essa influência refere-se não só a questões da qualificação, da co--participação na empresa e ao salário, mas também à atribuição de funções dirigentes, bem como a assuntos sociais.

As comissões de mulheres são comissões honoríficas das direcções sindicais da empresa às quais também pertence a presidenta destes organismos. Actualmente existem mais de 10000 comissões de mulheres com cerca de 80000 membros.

O empenhamento político das mulheres, a sua maturidade política aumentaram consideravelmente nos últimos quatro decénios. As mulheres estão representadas por um número substancial nos partidos políticos e organizações de massas (ver documentação), nos quais os seus interesses e desejos são tidos em consideração e onde podem aproveitar múltiplas possibilidades para um amplo desenvolvimento da sua personalidade e para a co-participação. O objectivo supremo da política do Estado socialista não é apenas o seu objectivo, ele é também o objectivo das mulheres: garantir a todos os cidadãos uma vida em paz e segurança social.

É por isso que as mulheres apoiam as actividades nacionais e internacionais da RDA a favor da segurança e manutenção

da paz, do desanuviamento e desarmamento e contra a ameaça dum inferno nuclear. Muitas delas colaboram em organismos estatais e internacionais, tal como no Conselho da Paz da RDA, no Conselho Mundial da Paz, na Federação Sindical Mundial ou na Federação Mundial da Juventude Democrática.

Com empenhamento as mulheres que exercem qualquer profissão apoiam o amplo movimento da RDA pela paz que une pessoas de todas as camadas socias, classes e gerações, bem como de diferentes concepções do mundo. Pela sua especial responsabilidade para com os seus filhos, as mulheres não manifestam apenas a sua profunda vontade de paz, têm também uma «grande parte na força do povo, da força que preserva a paz e que está contra a guerra ... Porque são elas que dão a vida – aquilo que é imortal entre os povos», como disse a escritora Anna Seghers de forma tão eloquente. Através de iniciativas próprias elas participam em comícios de paz, em manifestações, recolha de assinaturas ou em desfiles. Anualmente centenas de milhares de mulheres e raparigas encontram-se em grandiosas manifestações no dia 8 de Março, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, organizadas pela Federação Democrática das Mulheres da Alemanha.

As mulheres da RDA compreendem-se como parte do movimento mundial pela paz, por um mundo livre de armas nucleares e contra a propagação da corrida armamentista para o espaço cósmico. Deste modo, no dia 8 de Março de 1986 mais de um milhão de mulheres deram o seu apoio, com declarações, à acção iniciada pela Federação Democrática Internacional das Mulheres «Não à guerra das estrelas».

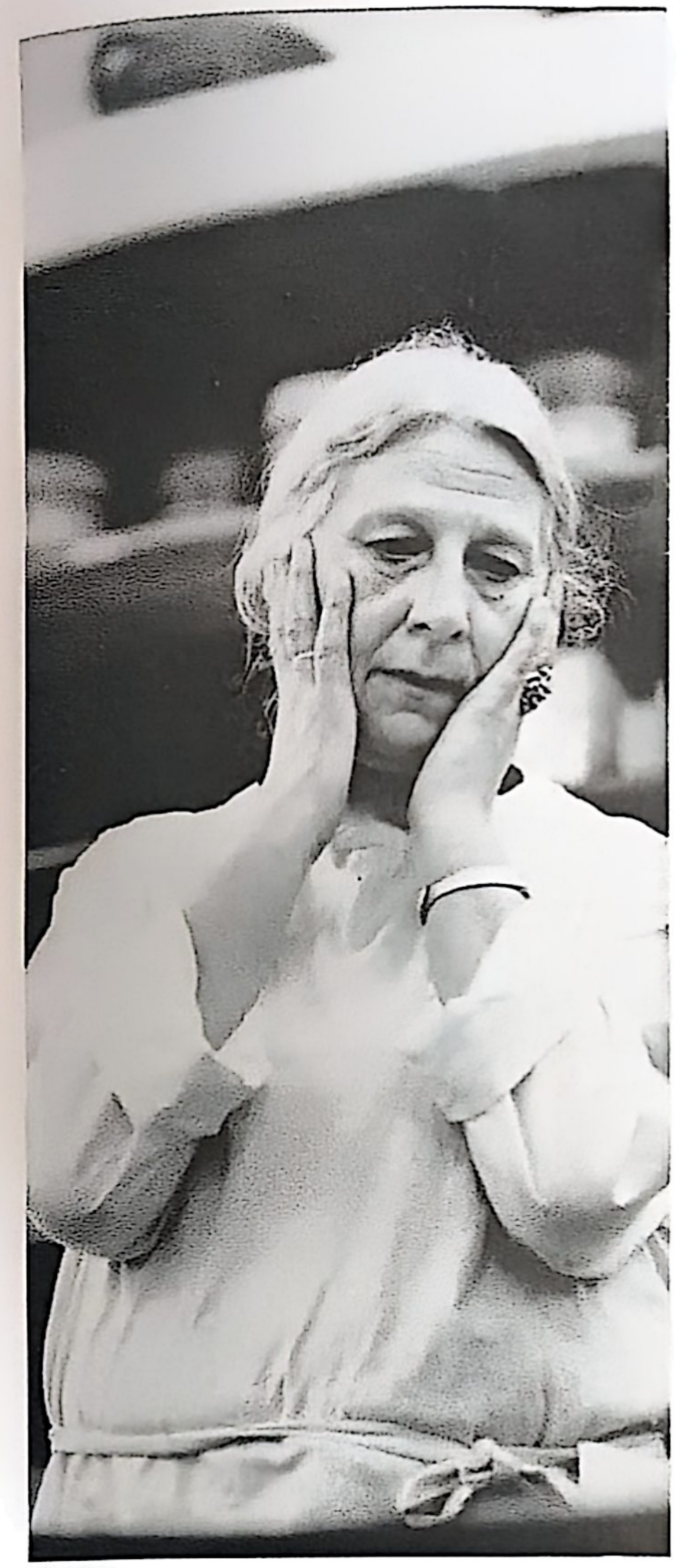
A organização das mulheres da RDA

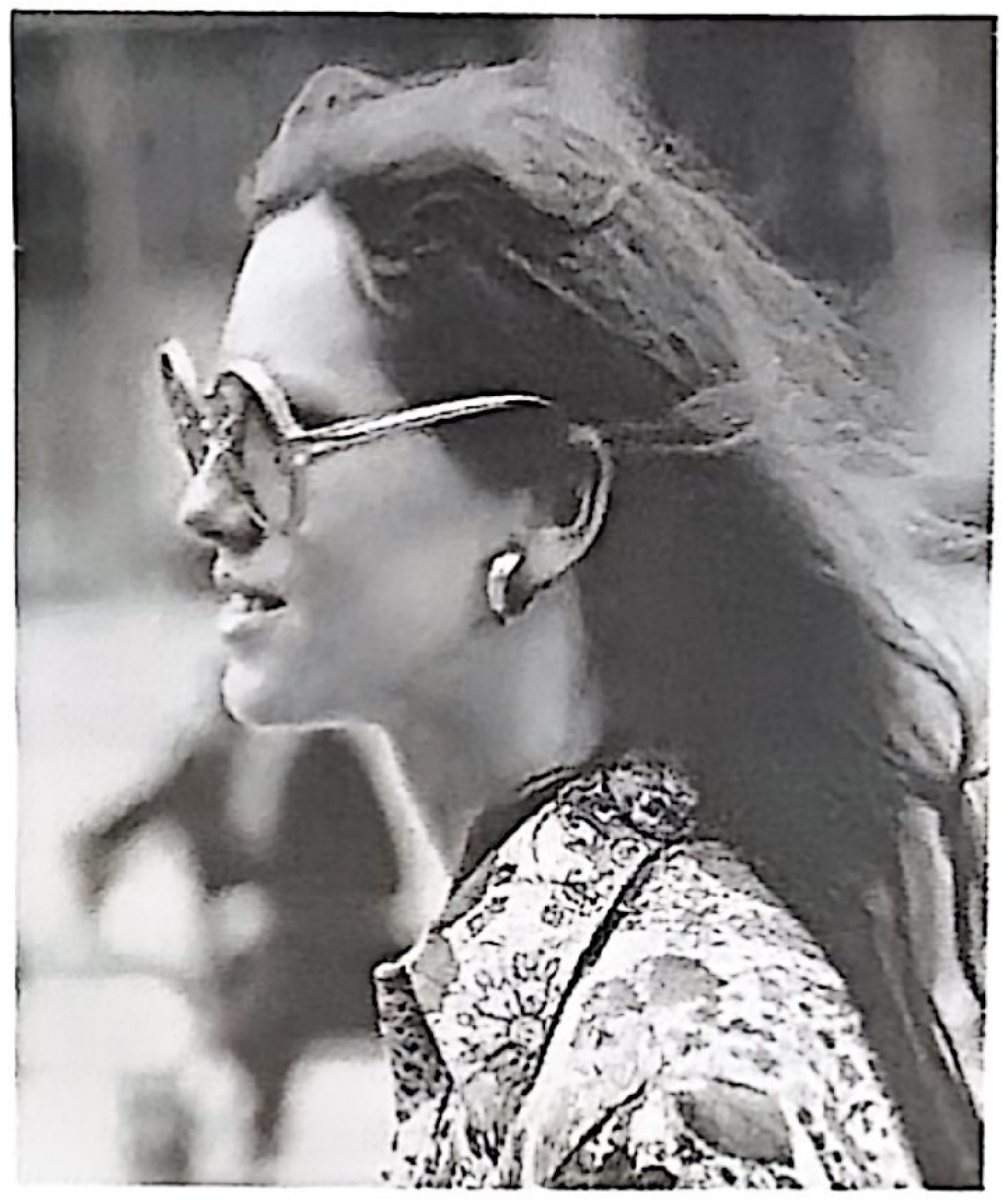
A Federação Democrática das Mulheres da Alemanha (DFD) foi fundada em 1947 e é a organização socialista unificada das mulheres da RDA. Hoje, ela engloba 1,5 milhões de mulheres e raparigas de todas as camadas da população. Com um grupo parlamentar próprio composto por 32 deputadas, a DFD está representada na Câmara do Povo onde apresenta sobretudo as ideias e experiências das mulheres que nas suas

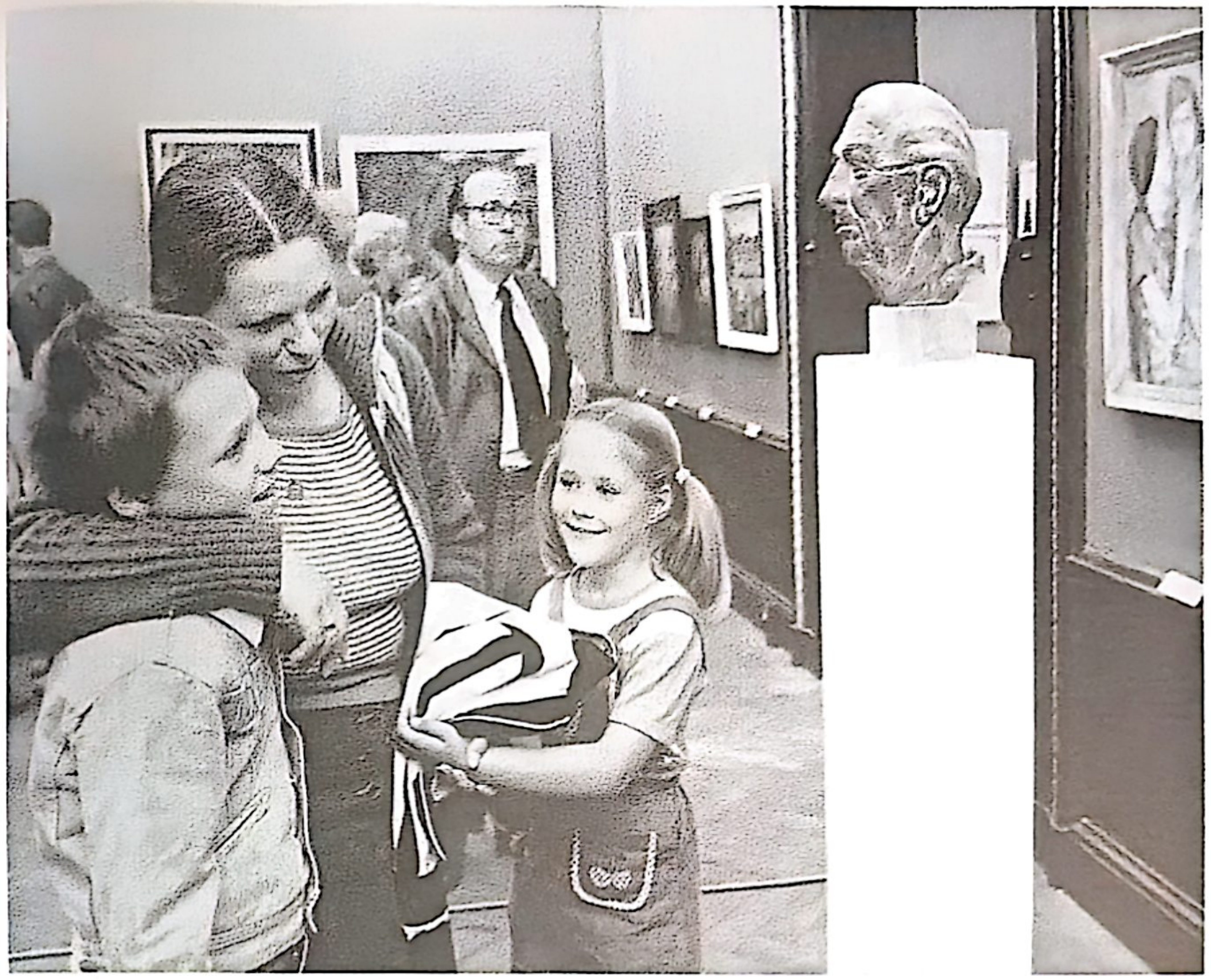
respectivas zonas residenciais se empenham pela solução dos mais variados problemas ou que exercem influência no trabalho das escolas, dos estabelecimentos infantis e comerciais ou de prestação de serviços.

Um dos objectivos da DFD consiste em ganhar mulheres que não exercem uma profissão para o trabalho político e social, em estimular o seu empenhamento. Isto refere-se à sua participação na luta pela paz, bem como nas acções de embelezamento das cidades e aldeias, de qualificação e de organização dos tempos livres. As academias de mulheres oferecem cursos gerais e ciclos de seminários específicos sobre política, economia e questões sociais. Nos centros de consultas da DFD todos aqueles que o desejarem encontram respostas para os seus problemas no campo da saúde, medicina e da organização racional dos trabalhos domésticos. Além disso, a DFD organiza o apoio a prestar pelos vizinhos às mães que trabalham, participa no melhoramento do ambiente habitacional e na criação de estabelecimentos para a prestação de serviços, de creches ou parques infantis e convida-as à participação em círculos culturais e desportivos.

Em 1948, a DFD foi admitida por unanimidade na Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM). A organização socialista das mulheres da RDA manteve-se fiel até hoje ao juramento que então fez de, em conjunto com as mulheres de todos os países, travar a luta contra os belicistas e a favor de uma paz segura, bem como de educar a juventude neste espírito. Demonstrativo do apreço em que é tida a DFD à escala internacional, é o facto, entre outros, do secretariado da FDIM ter a sua sede em Berlim. Ilse Thiele, presidente da DFD, é há mais de duas décadas uma das vice-presidentas desta organização mundial de mulheres. Na Conferência Mundial das Mulheres que teve lugar em Nairobi, em 1985, e onde se fez o balanço da Década da Mulher decretada pela ONU, a RDA esteve representada por uma delegação composta por 10 mulheres e dois homens. Ilse Thiele, chefe da delegação, pôde informar que as mulheres da RDA participaram na elaboração do Plano Mundial de Acções e do Programa de Acções para esta Década e que a RDA foi um dos primeiros países do mundo a assinar e a ratificar a convenção aprovada pela ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher.



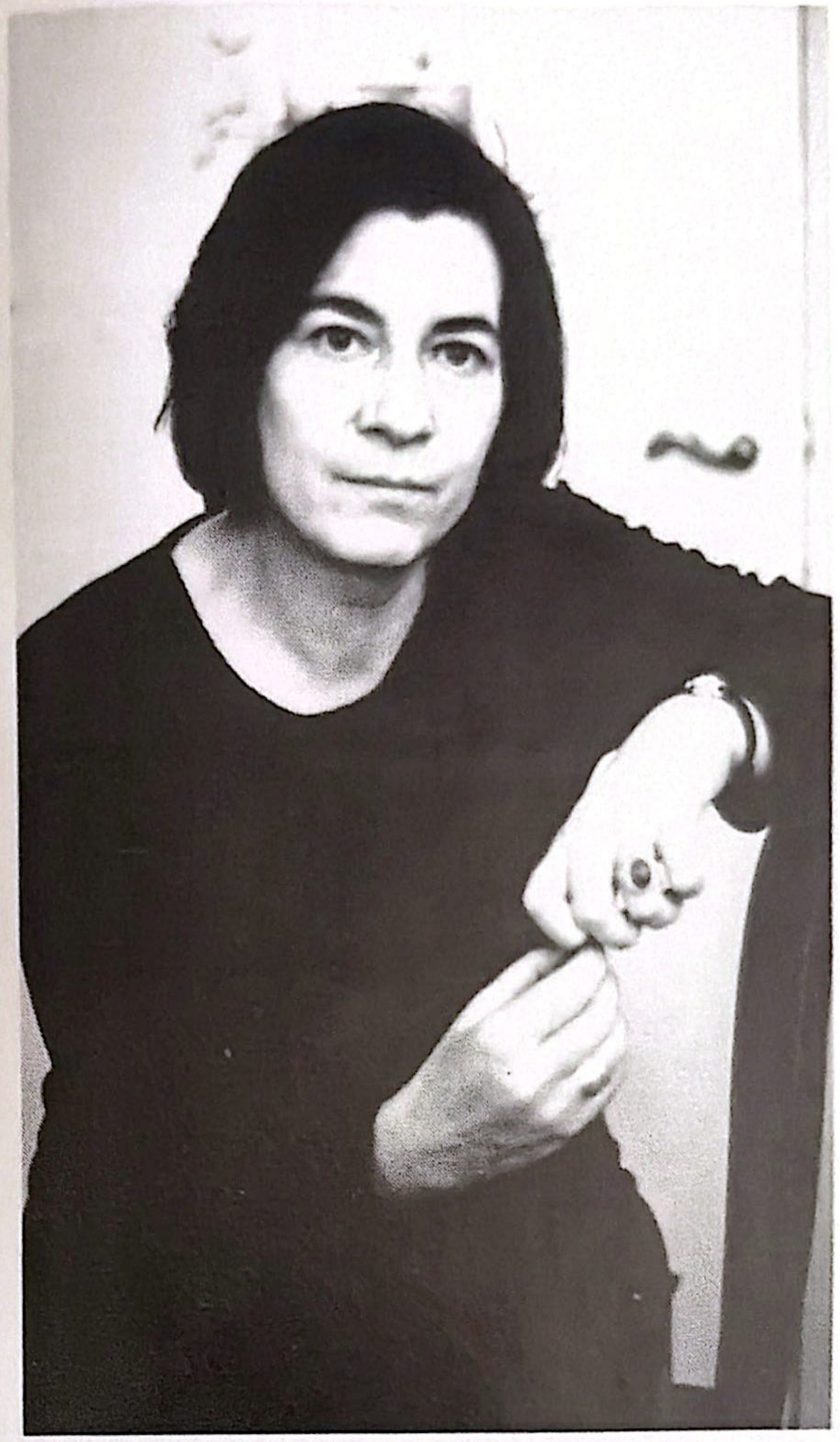




As crianças continuam a desempenhar um importante papel na vida das mulheres e das famílias.
A política social realizada pelo Estado em prol das famílias dedica às mães e às crianças uma assistência especial, e também à atribuição de boas habitações, bem como aos interesses culturais e dos tempos livres.

À esquerda, em cima: *a pintora Ilse-Maria Krause dirige o círculo de pintura para crianças da grande empresa química Buna.*
À esquerda, em baixo: *reciclagem em classes especiais para mulheres na escola de formação profissional da empresa «Halbleiterwerk Frankfurt (Oder)».*

Em cima: *passagem de modelos da Escola Superior das Artes. Uma vez por ano, as futuras criadoras de moda apresentam os seus modelos esboçados em colaboração com empresas da indústria de vestuário.*



Conhecidas no nosso país, bem como noutros:
À esquerda, em cima: *Tamara Danz do grupo Silly – a cantora da música rock.*
À esquerda, em baixo: *a atleta Marita Koch, várias vezes campeã olímpica e mundial dos 200 e 400 metros.*
À esquerda: *Christa Wolf, escritora e membro da Academia das Artes da RDA.*
Em baixo: *a actriz berlinense Walfriede Schmitt como convidada numa encenação de «O Homem bom de Sezuan» de Bertolt Brecht, apresentada no «Miami University Theatre» de Oxford/Ohio.*

À esquerda: a enfermeira Karin Bauer da RDA, dá ajuda, em Manágua, na assistência aos doentes. O hospital que aí está a «nascer» é uma oferta da população da RDA à Nicarágua.
Em baixo: formação profissional. Aprendizes de Moçambique na VEB Malitex Hohenstein-Ernstthal.

Ilse Thiele afirmou: «A RDA pertence aos Estados nos quais estão cumpridas as exigências da ONU. Neste contexto, as próprias mulheres têm uma grande parte do mérito pelas conquistas fundamentais alcançadas nos domínios político, económico, social, cultural e intelectual e consideram que é uma felicidade poderem viver num país onde a igualdade de direitos, o desenvolvimento e a paz têm uma pátria firme.»

«Posso fazer algo de positivo ...»

Ilona Scholz é uma das mulheres que na RDA exercem um «cargo» social com alegria e empenhamento. O desenvolvimento profissional desta mulher de 35 anos de idade pode descrever-se rapidamente. Concluiu a formação profissional em desenho electrónico e qualificou-se como projectista numa escola nocturna. Depois do nascimento do seu filho em 1976, ficou com ele em casa durante um ano e, posteriormente, trabalhou no processamento electrónico de dados. Porém, Ilona Scholz desejou ter outra tarefa onde pudesse trabalhar mais com pessoas e menos com números.

Que esta mulher tem prazer em solucionar problemas, em entusiasmar os outros, é uma coisa que se evidencia no seu trabalho a título honorífico. Na Assembleia de Vereadores de Merseburg, uma cidade do distrito de Halle onde predomina a indústria química, ela empenhou-se durante dois anos pelos interesses dos cidadãos. A senhora Scholz foi nomeada pelo Partido Liberal-Democrático da Alemanha no qual ingressou com a idade de 25 anos. Tal como os outros vereadores eleitos, a senhora Scholz teve de se familiarizar com as leis e competências, de aprender a conhecer os homens e teve, apesar de lhe ser muito difícil, de dar provas de perseverança e de paciência porque era impossível solucionar todos os problemas de imediato.

Quando a senhora Scholz já estava adaptada a esta função foi surpreendida por uma proposta: os amigos do LDPD consideraram-na capaz de deixar de exercer esta função a título honorífico e passar a exercê-la no futuro como profissão; como vereadora e vice-burgomestra da povoação vizinha, em Bad Dürrenberg. Apesar de ter sido uma surpresa, Ilona Scholz aceitou a proposta como um desafio e interesante.

Mas, este passo necessitava de ser bem ponderado porque ela sabia quais eram as responsabilidades inerentes a tal cargo. Ilona aconselhou-se com o seu marido e com o seu pai. Ambos estavam convencidos da capacidade dela e começaram imediatamente a reorganizar os trabalho domésticos e os cuidados a dispensar ao filho Carsten a fim de libertar Ilona destas tarefas. «Decidi definitivamente após uma visita a Bad Dürrenberg», recorda a senhora Scholz. «Amigos do partido foram comigo e apresentaram-me à burgomestra. Tive de fazer muitas perguntas e tentei informar-me detalhadamente. Logo à primeira vista gostei da pequena cidade e também do parque e da piscina. Eu deveria ser responsavél por tudo isto e não só, também o deveria ser pelo abastecimento de fruta e legumes, pela irrigação e pelas cooperativas de produção agrícola e a comunidade dos jardins particulares. Não tinha ilusões sobre as dificuldades mas sabia que aqui é que poderia fazer algo de positivo.»

Perguntando hoje na Câmara Municipal de Bad Dürrenberg, uma cidade com cerca de 15000 habitantes, pelo responsável pelâs questões do recreio, da agricultura ou da protecção ao meio ambiente indica-se, naturalmente, a senhora Scholz. Porém, não é apenas nestes domínios especiais que ela é competente, ela é para cada cidadão um parceiro de conversa que transmite confiança, sinceridade e conhecimento de causa. É uma mulher com autoridade, característica que não se notava quando no dia 1 de Setembro de 1981 entrou na Câmara Municipal para o seu primeiro dia de trabalho. Hoje, ela sorri quando recorda a sua nervosidade de então.

Consciente de si própria Ilona Scholz fala com orgulho sobre o seu trabalho: «Uma vez por mês encontro-me com os membros do meu partido. Discutimos sobre problemas relacionados com a protecção ao meio ambiente, a agricultura bem como sobre problemas políticos e acontecimentos actuais. Falamos também sobre o contributo possível a dar pelos membros do nosso partido que são, em particular, artífices, comerciantes individuais e professores, — a fim de embelezar a nossa vida e para tornar a paz mais segura. São precisamente estes pontos aos quais atribuo grande importância para a minha própria actividade.

Quando tenho de falar sobre resultados específicos

vem-me de imediato à memória a piscina e o parque. Aí foi onde tive de dar as primeiras provas da minha capacidade. Os habitantes orgulham-se com a sua piscina que construíram eles próprios nas margens do rio Saale. É alimentada por água do rio. Por isso é que foi necessário, em 1982, substituir, entre outras coisas, os filtros. Numa tarde houve uma chamada telefónica da estação ferroviária — tinham chegado os filtros. Disseram-me: «Vem cá buscá-los rapidamente». Mas como? Cada um deles era de 3,50 m de diâmetro e de 6 m de altura. Especialistas de montagem húngaros que trabalharam no complexo químico Leuna ajudaram-nos com técnica especial. Após as reparações, quando correu água fresca na piscina, já me sentia um pouco orgulhosa. E tinha ganho aliados. As melhores ideias seriam nulas se faltassem as brigadas de artífices que tanto fazem para embelezar a cidade. E não se importam com as horas. Para mim também é normal ir, depois dum dia de trabalho ou mesmo durante a noite, ver como é que os novos planos tomam forma.

O parque era belo. Mas fiz uma pergunta a mim própria: porque é que a estufa está vazia durante o Inverno, porque é que a fonte não funciona? São pormenores que parecem ter pouca importância mas também destes pormenores depende o bem-estar dos cidadãos da cidade. Cidade onde vivo desde 1982 com a minha família e que tem os seus problemas pelos quais me sinto responsável. Entretanto florescem no Inverno antúrios na estufa e a fonte atrai os visitantes especialmente no Verão.

No ano passado duas estudantes de arquitectura elaboraram no âmbito da sua tese de licenciatura um modelo para transformar a nossa cidade e para criar mais áreas verdes, por exemplo, ao criarem uma zona só para peões junto ao mercado a ser ornamentada por muitos canteiros. Estas ideias não podem ser desperdiçadas. O modelo será discutido com os vereadores e cidadãos e, seguidamente, entrará no projecto de configuração da nossa cidade.

Quando comecei a exercer a função de vereadora tive receio por vezes que os cidadãos da cidade e os homens com os quais tinha que colaborar muito estreitamente não me aceitassem por ser mulher. Mas, este meu temor não tinha fundamento. Fiquei a saber que são as capacidades e os resultados que interessam, o sexo não joga aqui um papel. Sou

plenamente respeitada em Bad Dürrenberg e também entre os homens. Não me arrependi da minha decisão de exercer o cargo de vereadora. Pelo contrário, gosto muito do meu trabalho porque conheço a cidade e encontrei parceiros e amigos que me ajudam. A melhor prova de confiança recebi-a em 1984 quando fui eleita deputada à Assembleia de Vereadores.

Quando cidadãos desejam falar exclusivamente comigo sobre o seu problema ou me contactam em plena rua, manifestando alegria pelas transformações e apresentando ideias próprias, este é para mim o melhor cumprimento. São esses os pontos altos que me fazem sentir que encontrei a minha profissão e, ao mesmo tempo, a missão social que trazem alegria e afirmação pessoal. São raros os dias sem problemas, mas também não há quase dia nenhum sem afirmação profissional. Hoje, estou certa que quero mesmo viver aqui e assim mesmo, que é aqui que quero ficar.»

Documentação

Da Constituição da República Democrática Alemã

Artigo 20°
(2) Entre homens e mulheres existe a igualdade de direitos, tendo em todos os sectores da vida social, estatal e pessoal, a mesma posição perante a Lei. A promoção da mulher, em particular na qualificação profissional, é uma tarefa da sociedade e do Estado.

Artigo 24°
(1) ... Homens e mulheres, adultos e jovens têm o direito a receber o salário igual, por rendimentos no trabalho iguais.

Artigo 38°
(1) O matrimónio, a família e a maternidade estão sob a protecção especial do Estado. Cada cidadão da República Democrática Alemã tem o direito à protecção, promoção e respeito do seu matrimónio e da sua família.
(3) A mãe e a criança gozam da protecção especial do Estado socialista. São concedidas liçenca de parto, assistência médica especial, apoio material e financeiro em caso de nascimento de filhos, assim como abono de família.

Do relatório do Comité Central ao XI Congresso do PSUA realizado em Abril de 1986

«A linha em que o nosso Partido insistiu, de fazer tudo para que as mulheres possam também usufruir plenamente dos seus direitos de igualdade, trouxe resultados animadores. Isso evidencia-se nas grandes transformações progressistas quanto à posição das mulheres na sociedade, transformações essas que se revelam em todos os domínios decisivos ... Congratulamo-nos especialmente com o facto de as mulheres constituirem 40% do total dos que participam em cursos de reciclagem com o objectivo de virem a cumprir as exigências colocadas pela técnica e pela ciência. A quota-parte das mulheres que têm funções de responsabilidade a nível do Estado ou da economia aumentou para mais de 34%.

Mercê da participação activa de todas as forças sociais, em particular dos sindicatos, da Federação Democrática das Mulheres da Alemanha, da Juventude Livre Alemã, dos organismos dirigentes do Estado e da economia, foram criados os pressupostos para que as mulheres possam conjugar cada vez melhor o seu empenho na profissão e na sociedade com os seus deveres maternais e para facilitar a vida familiar. Como cidadãs, trabalhadoras e mães, as mulheres dão um contributo profissional e social que é grandemente reconhecido. Ao mesmo tempo, as mulheres podem estar convictas de que o nosso Partido defenderá, também no futuro, os seus interesses específicos incrementando simultaneamente a sua capacidade e coragem para se aperfeiçoarem ao novo.»

Do Código do Trabalho da RDA

§ 30
(1) As medidas de promoção das capacidades criativas da mulher no processo de trabalho, da formação e do aperfeiçoamento político e profissional e da preparação sistemática para funções dirigentes, bem como da melhoria das suas condições de vida e de trabalho devem ficar fixadas no plano de promoção da mulher.
(2) O plano de promoção da mulher deve ser acordado entre o director da empresa e da direcção sindical da empresa, como parte integrante do Contrato Colectivo da Empresa.

§ 148
(1) Na formação profissional e reciclagem as mulheres devem ser particularmente promovidas. Trabalhadoras da produção devem qualificar-se como operárias especializadas segundo o plano. Devem ser capacitadas mais mulheres para exercerem funções dirigentes ...

§ 210
(1) A saúde e força laboral de mulheres e jovens ... têm especial protecção.
(2) As condições laborais devem corresponder às particularidades físicas e psicológicas da mulher.
(4) Mulheres ... não devem exercer trabalhos pesados ou prejudiciais à saúde.

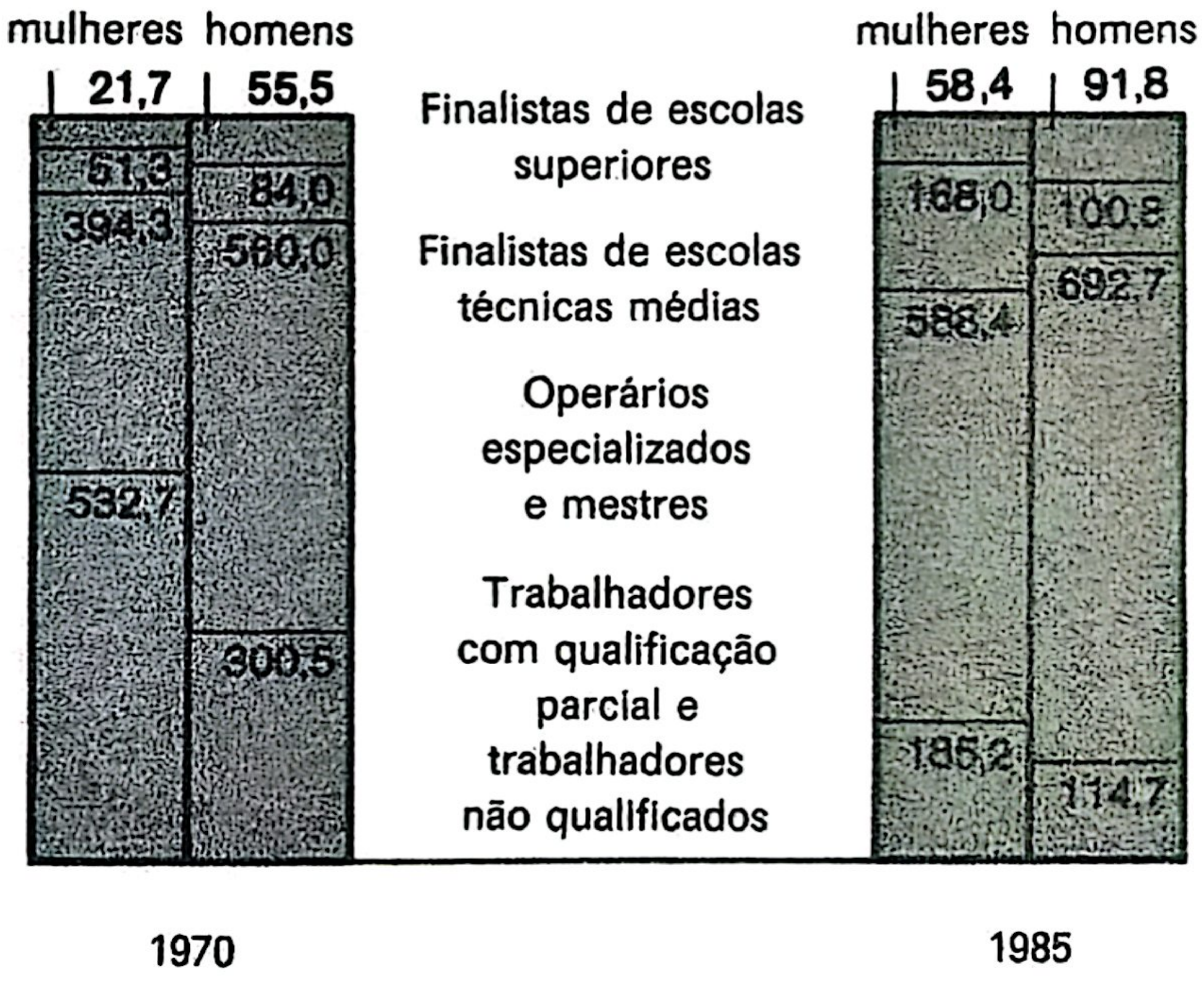
§ 241
(2) A empresa tem a obrigação de conceder às mulheres com filhos até aos 16 anos qualquer apoio necessário na formação e reciclagem ... Em caso de medidas de racionalização e transformações estruturais, a empresa terá de criar as premissas para a realização da necessária reciclagem das mulheres, dentro do possível durante as horas de serviço.

§ 242
(2) A mulheres grávidas, mulheres que amamentam e mulheres com filhos com menos de um ano de idade não devem ser confiadas actividades que, segundo parecer do médico da empresa ou do médico do posto de consulta para as grávidas, poderiam pôr em perigo a vida ou a saúde da mulher ou da criança.

§ 250
As mulheres grávidas e mães gozam duma protecção particular contra despedimentos.

Qualificação dos que exercem uma profissão na economia socialista

por cada 1.000 trabalhadores de ambos os sexos



Do Código da Família da RDA

§ 9
(1) Os cônjuges gozam da igualdade de direitos. Vivem juntos e dirigem a casa em conjunto. Todos os assuntos da vida comum e do desenvolvimento de cada um, são resolvidos por eles de mútuo acordo.
(2) A comunidade do casal atinge o desenvolvimento completo e encontra a sua realização através do nascimento e da educação dos filhos. Os pais exercem o direito de educação em conjunto.

§ 10
(1) Ambos os cônjuges participam na educação e cuidado dos filhos e na organização da vida familiar. As relações entre os cônjuges devem realizar-se de molde a permitir à mulher a combinação da sua actividade profissional e social com a maternidade.

§ 13
(1) Os objectivos, direitos de património e poupanças adquiridos pelo trabalho ou resultantes de vencimentos durante o matrimónio, são propriedade de ambos os cônjuges.
(2) Propriedade de cada um dos cônjuges são os bens que foram adquiridos antes do casamento, que lhe foram conferidos como prenda ou como condecoração e que recebeu em termos materiais ou financeiros por via duma sucessão.

§ 24
(1) Um matrimónio só deve ser desfeito quando o tribunal tiver verificado que existem razões tão sérias que implicam a perda de sentido desse matrimónio para os cônjuges, para os filhos e, por isso, também para a sociedade.

§ 25
(1) Na sentença de divórcio o tribunal decide a qual dos ex-cônjuges será atribuído o direito de educar os filhos menores. O facto decisivo para a sentença será a garantia da contínua educação e desenvolvimento das crianças. O tribunal decide também sobre o montante da contribuição financeira que tem de ser dada pelo ex-cônjuge ao qual não foi atribuído o direito à educação dos filhos ...

Da Lei sobre a Interrupção da Gravidez

A igualdade de direitos entre a mulher e o homen na formação e na profissão, na vida conjugal e na família exige que a mulher possa decidir ela própria sobre a gravidez. A concretização deste direito está inseparavelmente ligada com a responsabilidade crescente do Estado

socialista e de todos os seus cidadãos pela melhoria permanente da protecção da saúde da mulher, pela promoção da família e do amor à criança.

§ 1
(2) A mulher grávida tem o direito de interromper a gravidez dentro de 12 semanas, a partir do seu início, através duma intervenção médica num estabelecimento hospitalar de obstetrícia e ginecologia.
(3) O médico que realiza a interrupção da gravidez é obrigado a informar a mulher sobre a importância médica da intervenção e sobre o uso posterior de métodos e meios preventivos.
(4) A interrupção é permitida com base na solicitação da mulher grávida e só dentro das disposições desta Lei e do decreto aprovado relativamente à sua concretização.

§ 3
(1) A interrupção da gravidez não é permitida se a mulher sofrer duma doença que possa conduzir, com esta interrupção, a complicações graves para a saúde ou a perigo de vida.
(2) A interrupção não é permitida se tiverem decorrido desde a última interrupção menos de seis meses. Em casos especiais, uma comissão de médicos especialistas pode autorizar a interrupção.

§ 4
(1) A preparação, a realização e o tratamento posterior duma interrupção, permitida segundo esta Lei, são considerados, de acordo com a legislação laboral e da Previdência Social, como quaisquer outro tipo de doença.

Factos e números

Índices da população

Dos 16,64 milhões de habitantes da RDA são
- do sexo masculino 7,88 milhões (47,4%)
- do sexo feminino 8,76 milhões (52,6%)

Entre os habitantes do sexo feminino existem
- 1,51 milhões de crianças
- 5,24 milhões na idade activa (15 a 60 anos de idade) e
- 2,01 milhões na idade de reforma

Em cada 100 raparigas e mulheres na idade activa encontram-se na formação e na profissão

1952	1970	1985
57	82	91

Quota-parte de estudantes do sexo feminino entre todos os estudantes que frequentam um curso directo (em percentagem)

	1960	1970	1985
Escolas superiores	31	43	52
Escolas técnicas médias	33	60	82

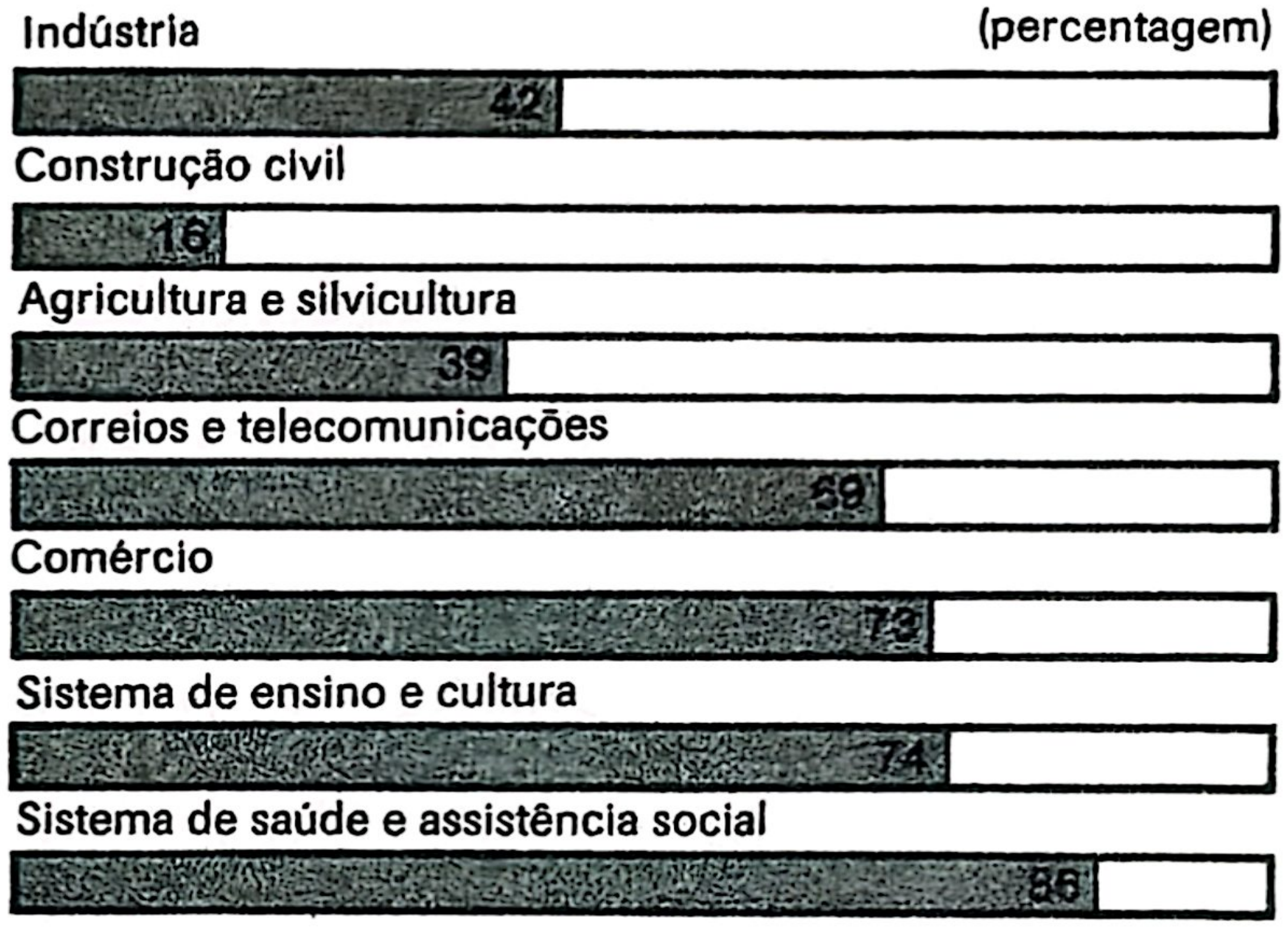
Mulheres como deputadas (percentagem das deputadas nas representações populares)

Câmara do Povo	32
Representações populares locais:	
• Assembleias distritais e assembleia municipal de Berlim	41
• Assembleias municipais e assembleias nos concelhos urbanos	43
• Assembleias de freguesias e assembleias de cidade	37
• Assembleias de bairros nos concelhos das cidades	41

Quota-parte de mulheres organizadas em partidos políticos e organizações de massas da RDA – 1984 (percentagem)

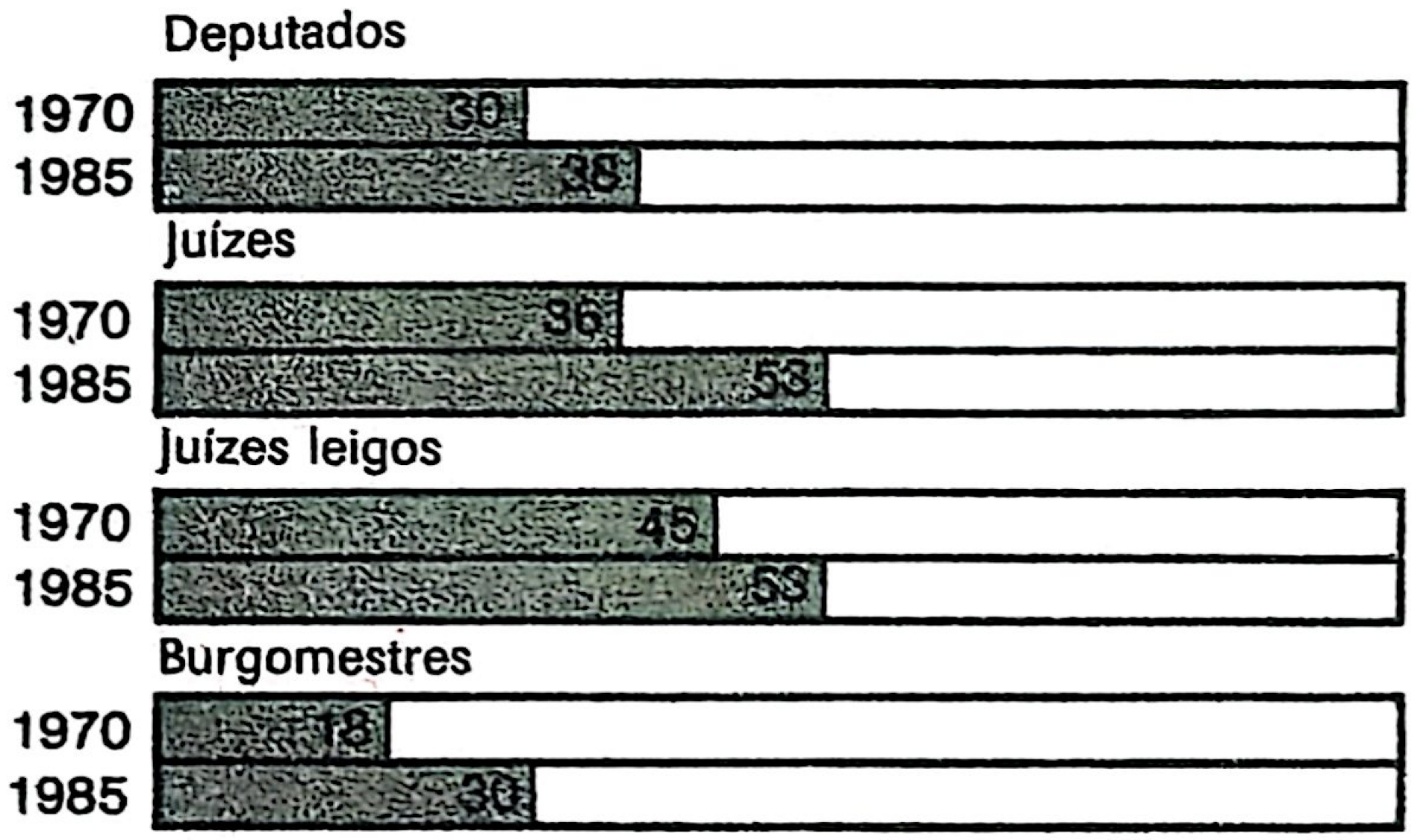
Partido Socialista Unificado da Alemanha	35
Partido Democrático dos Camponeses da Alemanha	32
União Cristã-Democrática da Alemanha	46
Partido Liberal-Democrático da Alemanha	32
Partido Nacional-Democrático da Alemanha	34
Confederação dos Sindicatos Livres Alemães	53
Juventude Livre Alemã	49
Liga da Cultura da RDA	36
Federação Democrática das Mulheres da Alemanha	100
Associação de Entreajuda Camponesa	32

Percentagem de mulheres no total dos trabalhadores segundo profissões escolhidas, em 1985



Participação democrática das mulheres

(percentagem)



Vencimento mensal médio de famílias de operários e empregados (em marcos)

	1970	1980	1983	1985
Todas as famílias	1031	1490	1653	1746
Famílias de três pessoas	1121	1589	1768	1867

Do vencimento líquido médio duma família operária ou de empregados gastam-se mensalmente:

34% com bens alimentares, bebidas e tabaco
35% com bens industriais
13,2% com serviços de toda a espécie (transportes 1,0%; renda da casa 2,7%; electricidade, gás, água, aquecimento 1,6%; reparações 1,9%; educação, ocupação dos tempos livres, recreio e férias, 3,6%; outros 2,4%);
17,8% com impostos, contribuições e depósitos na caixa económica.

Quota-parte das despesas dos pais (por dia, em marcos)

Creche	1,40
Creche semanal	2,00
Jardim infantil	0,55
Almoço (escola)	0,55
Infantário escolar	gratuito

Pais com três filhos pagam preços reduzidos ou estão isentos de qualquer pagamento.

Créditos para jovens casais

De 1972 a 1985

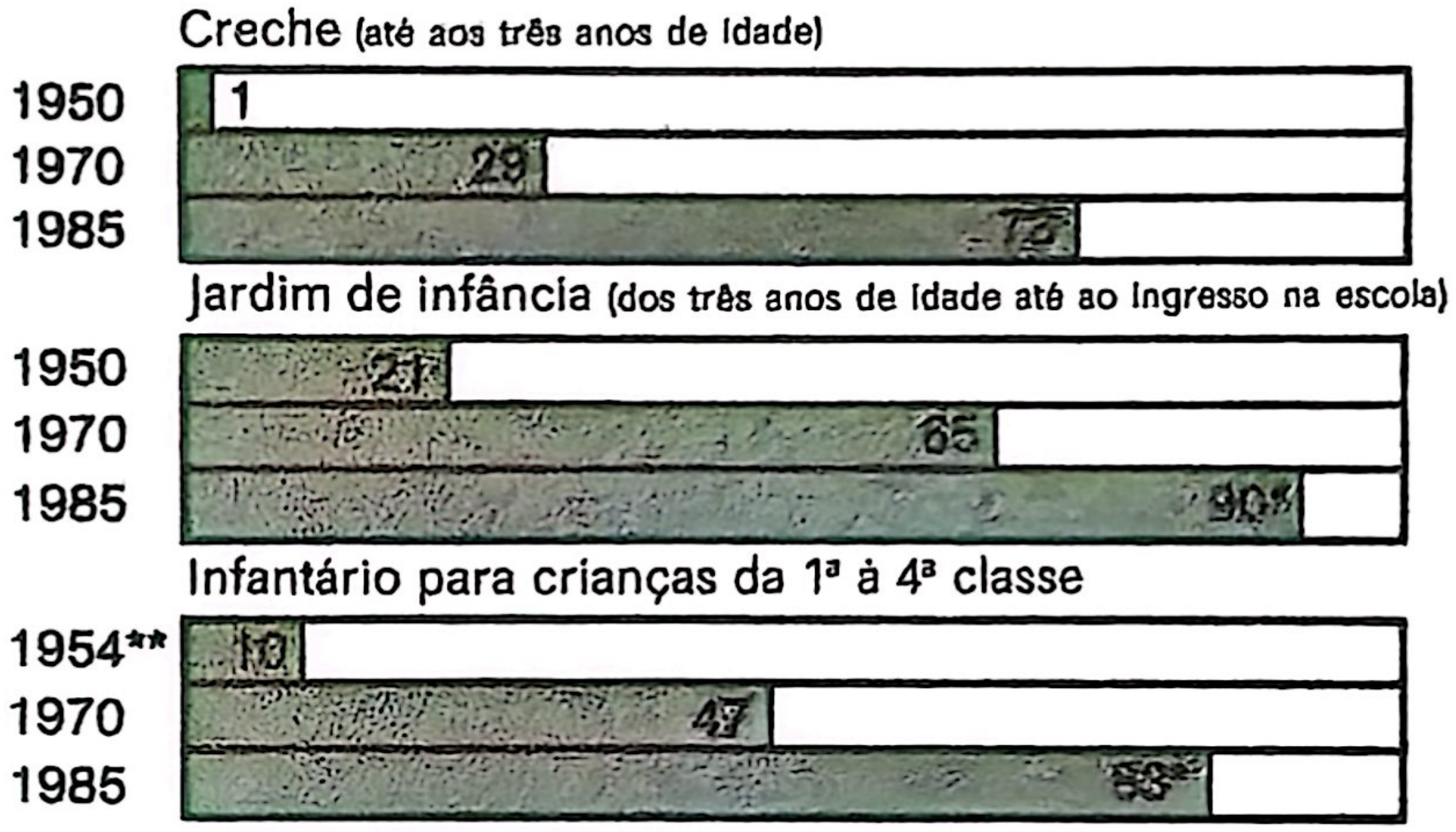
- foram concedidos 1,1 milhões de créditos num volume de 6,5 mil milhões de marcos;
- foram dispensados de reembolso 1,7 mil milhões de marcos após o nascimento de crianças

Estabelecimentos médicos de assistência materno-infantil em 1985

869 postos de consulta para grávidas
14 centros de férias e tratamento para grávidas com 592 camas
7910 camas em hospitais
9832 estabelecimentos materno-infantis, que atenderam 217000 recém-nascidos

Assistência e educação das crianças

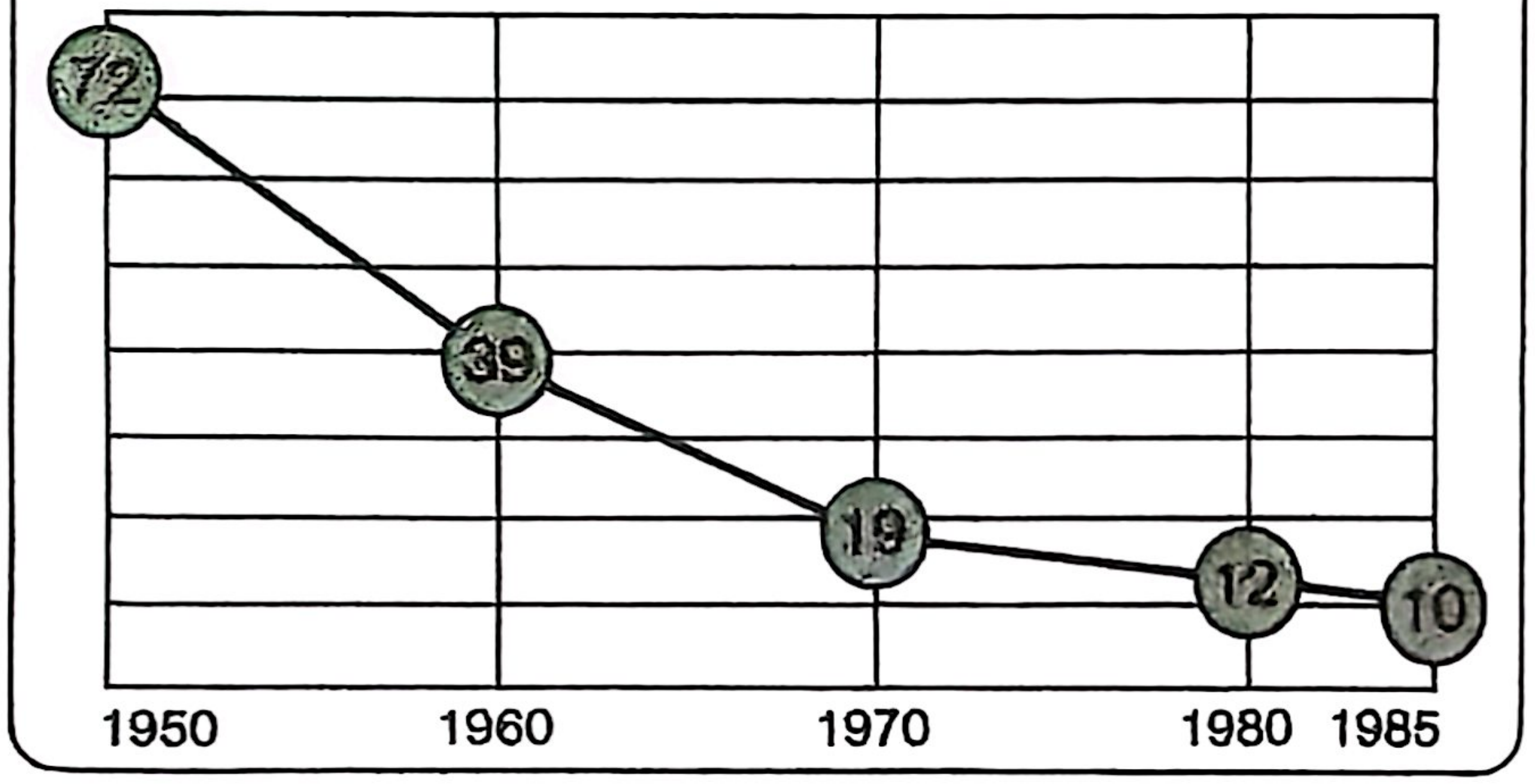
(percentagem)



* O acesso é possível para todas as crianças cujos pais o desejem.
** Criados somente em 1954

Mortalidade de recém-nascidos

(por cada 1.000 nados-vivos)



Mortalidade materna (por 10000 partos)

1950	1960	1970	1980	1985
21	10	4	2	2

Licença de maternidade paga (em semanas)

	antes do nascimento	depois	no total
A partir de 1950	5	6	11
A partir de 1963	6	8	14
A partir de 1972	6	12	18
A partir de 1976	6	20	26

Do Relatório Anual de 1985 da Previdência Social dos Operários e Empregados

- Em 1985, 194400 mulheres activas receberam um **subsídio estatal de gravidez e maternidade** no montante de 734,4 milhões de marcos
- Com o **subsídio estatal de nascimento** de 1000 marcos por criança foram gastos 206,2 milhões de marcos
- 90218 mães fizeram uso do seu direito **à dispensa do trabalho paga** durante um ano ou de 18 meses após o nascimento do seu filho. Com esta dispensa foram gastos 354,9 milhões de marcos.
- Com o **subsídio para mães trabalhadoras** sós gastaram-se 98,5 milhões de marcos até obterem uma vaga na creche
- As despesas com os **subsídios para trabalhadores sós que tiveram de ficar em casa a cuidar de filhos doentes** totalizaram 132,8 milhões de marcos.

Estimado leitor!

Para podermos continuar a informá-lo com a nossa série de publicações «Em primeira mão» e termos melhor em consideração os seus interesses, gostaríamos de saber a sua opinião sobre a presente publicação. Por esta razão pedimos-lhe que responda às seguintes perguntas:

Qual o motivo que o levou a ler esta brochura?

Apresentámos o tema de forma compreensível?

A documentação é útil para si?

Tem sugestões a dar acerca da tradução?

Que outras informações lhe interessariam sobre a vida na RDA?

Pode informar-nos sobre a sua idade e a sua profissão?

Agradecemos as suas opiniões e sugestões acerca da nossa brochura. Pedimos-lhe que envie as suas respostas com indicação do número ou do título da brochura a

PANORAMA DDR –
Auslandspresseagentur GmbH
Redaktion „Aus erster Hand"
Wilhelm-Pieck-Strasse 49
Berlin
DDR – 1054

Mulheres;
6061-11

Se você estiver interessado noutras publicações sobre a RDA queira fazer o favor de se dirigir a

Liga für Völkerfreundschaft der DDR
Otto-Grotewohl-Strasse 19d
Berlin
DDR – 1086

Poderá também receber publicações em português através do seguinte endereço:

Associação Portugal – RDA
Pr. José Fontana 17-4°
Lisboa
Portugal

Nesta série foram publicados entre outros

Vida e dia-a-dia na RDA
Economia estável – segurança social
Ciência em benefício da sociedade
Educação nacional na RDA
O sistema de saúde na RDA
Camponeses de novo tipo
Criação cultural na RDA
Formação profissional – as mesmas oportunidades para todos
Direito, lei, justiça
Desporto na RDA
Os jovens na RDA
A família na RDA
Cristãos e Igrejas
Protecção ao meio ambiente – tarefas e resultados
Que têm a dizer os sindicatos?

PANORAMA DDR